

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUÍS GUILHERME FAGUNDES

**A CONSTRUÇÃO DAS ENCHENTES COMO DESASTRES AMBIENTAIS EM
PALHOÇA: DO FINAL DO SÉCULO XIX À GRANDE ENCHENTE DE 1995**

Florianópolis

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUÍS GUILHERME FAGUNDES

A CONSTRUÇÃO DAS ENCHENTES COMO DESASTRES AMBIENTAIS EM
PALHOÇA: DO FINAL DO SÉCULO XIX À GRANDE ENCHENTE DE 1995

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção
do título de Bacharel e Licenciado em História
pela Universidade Federal de Santa Catarina,
sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli
Nodari e coorientação do Prof. Dr. Alfredo
Ricardo Silva Lopes.

Florianópolis

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quinze horas, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Eunice Sueli Nodari**, Orientadora e Presidente, Professor **Alfredo Ricardo Silva Lopes**, Coorientador, Professor **Marcos Aurélio Espindola**, Titular da Banca, e Professor **João Klug**, Suplente, designados pela Portaria nº 62/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Luis Guilherme Fagundes**, subordinado ao título: “**A construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça: do final do século XIX à grande enchente de 1995**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora **Eunice Sueli Nodari** e do Professor **Alfredo Ricardo Silva Lopes**, a nota final *10,0*, do Professor **Marcos Aurélio Espindola**, a nota final *10,0*, e do Professor **João Klug**, a nota final; sendo aprovado com a nota final *10,0*. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia dezesseis de julho de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 15 de junho de 2015.

Banca Examinadora:

Prof.ª Eunice Sueli Nodari *Eunice Sueli Nodari*

Prof. Alfredo Ricardo Silva Lopes *Alfredo Lopes*

Prof. Marcos Aurélio Espindola *Marcos Aurélio Espindola*

Prof. João Klug

Candidato Luis Guilherme Fagundes *Luis Guilherme Fagundes*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto _____ que _____ o
acadêmico(a) Luís Guilherme Fagundes, matrícula
n.º 10101774, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
A CONSTRUÇÃO DAS ENCHENTES COMO RESERVATÓRIOS AMBIENTAIS
EM PÁLIOVA - DO FINAL DO SÉCULO XIX À GRANDE ENCHENTE DE
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa. 1995

Florianópolis, 14 de JULHO de 2016.

Spencer Luiz Nelson

Orientador(a)

Dedico este trabalho a meu pai Luís e a minha
mãe Liana.

AGRADECIMENTOS

O TCC simboliza o encerramento de mais um ciclo e abre novos horizontes para minha vida. Este espaço serve para reconhecer aqueles que foram importantes para mim durante este período e também antes dele, quando o sonho de se formar em História parecia muito distante.

Em primeiro lugar quero agradecer imensamente meus pais Luís e Liana e dizer que reconheço o enorme esforço que fizeram para que eu pudesse ter essa oportunidade. Vocês me ensinaram e continuam me ensinando tantas coisas que não conseguiria listar todas aqui, mas se pudesse resumir tudo em apenas uma frase ela seria mais ou menos assim: “Nunca lamente meu filho, trabalhe duro e faça o que lhe deixa feliz, porque isso sem dúvida é o mais importante!”. Saibam que ainda pretendo retribuir de alguma forma, se isso for possível, toda essa dedicação e carinho que recebi nesses 23 anos de vida. Amo vocês.

Quantas vezes emprestamos um livro para alguém? Nesse mundo acadêmico essa prática é muito comum não é mesmo? Mas nunca imaginei que isso pudesse mudar tanto minha vida. Foi assim que me aproximei e mais tarde me apaixonei por uma das pessoas mais importantes para mim nesses últimos anos. Hoje em dia não tenho dúvida de que uma bela amizade pode virar um grande amor, ou você tem? Obrigado por ser tão compreensiva e companheira. Amo você Aline.

Não poderia deixar de agradecer a minha amiga e orientadora Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari, já que sem ela esse trabalho não seria possível. Obrigado por confiar em mim e acreditar na minha capacidade, muitas vezes mais do que eu mesmo. Também sou extremamente grato ao amigo e Prof. Dr. João Klug, que me deu a oportunidade de entrar para o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) e por seus conselhos e aulas não menos que fantásticas durante a graduação.

Aos meus companheiros de projeto Marcos Aurélio e Alfredo Ricardo - que também é meu coorientador - deixo o meu muito obrigado. Vocês dois foram fundamentais para o meu amadurecimento durante esses anos, sem dúvida este trabalho também tem um pouco de vocês dois. Vida longa aos desastrosos!¹

Também quero agradecer à todos os amigos que conheci no LABIMHA e durante a graduação, em especial a Ana, Angela, Esther, Lincon, Nilo e Tom. Não apenas pelas discussões acadêmicas que contribuíram para minha formação, mas também pela amizade e pelas conversas descontraídas que permitiram encarar os dias difíceis de forma mais leve.

¹ Essa era a forma como carinhosamente nos chamávamos, por todos terem como tema de pesquisa os desastres ambientais.

Devo um muito obrigado aos meus grandes amigos de infância e adolescência Pedro e Jorge. Reconheço que ultimamente não tenho o mesmo tempo de antigamente para nossas conversas inenarráveis, mas saibam que guardo a amizade de vocês num lugar especial.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) pela bolsa de Iniciação Científica fundamental para a realização deste trabalho. E, ainda, a todos aqueles que de alguma forma me incentivaram a seguir esta carreira repleta de desafios. Muito obrigado a todos vocês.

RESUMO

Em Santa Catarina um grande número de municípios são afetados todos os anos pelos mais diversos tipos de desastres ambientais. É cada vez mais comum lermos notícias a respeito de secas, enchentes, vendavais, chuvas de granizo, geadas, tornados, erosões fluviais e marinhas e incêndios florestais. De todos esses tipos de desastres que ocorrem em nosso Estado, o que acontece com maior frequência e provoca os maiores danos, no Município de Palhoça, são as enchentes. Este trabalho busca compreender de que forma ocorreu o processo de construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça. Para tanto, analisamos as principais enchentes ocorridas entre o final do século XIX e o término do século XX, dando atenção especial para a grande enchente de dezembro de 1995. Vale ressaltar que os desastres ambientais são resultado tanto de fatores naturais (chuvas intensas, declividade, tipo de solo, etc.) como de ações antrópicas (desmatamento, ocupação desordenada, industrialização, etc.). Além disso, determinado evento só se torna um desastre a partir da percepção e da presença humana. Dessa forma, este trabalho busca analisar parte da história de Palhoça através da perspectiva da História Ambiental, que relaciona os desastres ambientais com questões sociais.

Palavras-chave: História Ambiental; Desastres Ambientais; Enchentes; Palhoça-SC.

ABSTRACT

In Santa Catarina a large number of municipalities are affected every year by various kinds of environmental disasters. It is increasingly common to read news about droughts, floods, windstorms, hailstorms, frosts, tornados, fluvial and marine erosion and forest fires. Of all these types of disasters that occur in our state, which happens more often and causes the greatest damage in the municipality of Palhoça, are the floods. This monograph seeks to understand how was the process of building the flood as environmental disasters in Palhoça. Therefore, we analyze the main flooding occurred between the late nineteenth century and the end of the twentieth century, with special attention to the great flood of December 1995. It is noteworthy that environmental disasters are the result of both natural factors (heavy rainfall, slope, soil type, etc.) as human activities (deforestation, disorderly occupation, industrialization, etc.). In addition, certain events only become a disaster from the perception and human presence. Thus, this paper analyzes of the Palhoça story through the perspective of environmental history, which lists environmental disasters with social issues.

Keywords: Environmental History; Environmental disasters; floods; Palhoça-SC.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 01: Localização do Município de Palhoça na Mesorregião da Grande Florianópolis.. | 14 |
| Figura 02: Limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro..... | 16 |
| Figura 03: Mapa da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão Sul..... | 18 |
| Figura 04: Localização da antiga Estrada de Lages e da atual BR-282..... | 21 |
| Figura 05: Limites territoriais de Palhoça em 1894 com as divisões políticas atuais..... | 23 |
| Figura 06: Ponte sobre o Rio Maruim na década de 1920 vista a partir de São José..... | 34 |
| Figura 07: Centro da cidade durante a enchente de dezembro de 1995 (à esquerda fica a Praça 7 de Setembro e ao fundo o prédio da Prefeitura)..... | 53 |
| Figura 08: Parte das salas de aula da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira que desabaram com a enchente de dezembro de 1995..... | 54 |
| Figura 09: Técnicos do DNER trabalhando para desobstruir a BR-101 no Morro dos Cavalos em Palhoça..... | 56 |
| Figura 10: Acostamentos da BR-101 destruídos pelas enchente em Palhoça..... | 57 |
| Figura 11: O “túnel do Passa Vinte”, como era conhecido pelos moradores na década de 1990..... | 58 |
| Figura 12: Imagem do túnel no dia 24 de dezembro..... | 59 |
| Figura 13: Ponte sobre o Rio Maruim no início dos anos 1990..... | 60 |
| Figura 14: Ponte sobre o Rio Maruim após a enchente de 1995, já com a ponte metálica instalada. A esquerda podemos ver a cabeceira da nova ponte em construção..... | 60 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01: Evolução da população de Palhoça de 1970 a 1996..... | 40 |
| Tabela 02: Enchentes ocorridas em Palhoça de 1959 a 2011..... | 44 |
| Tabela 03: Dados climáticos de Palhoça..... | 45 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------------|---|
| APESC | Arquivo Público do Estado Santa Catarina |
| AVADAN | Avaliação de Danos |
| BNH | Banco Nacional de Habitação |
| CASAN | Companhia de Águas e Saneamento |
| CEPED | Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres |
| CNPq | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico |
| COHAB | Companhia de Habitação |
| COMDEC | Comissão Municipal de Defesa Civil |
| DEINFRA | Departamento Estadual de Infraestrutura |
| DEOH | Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas |
| DER | Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina |
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem |
| DNOS | Departamento Nacional de Obras de Saneamento |
| ECP | Estado de Calamidade Pública |
| ENOS | El Niño – Oscilação Sul |
| FOD | Floresta Ombrófila Densa |
| FODm | Floresta Ombrófila Densa Montana |
| FODs | Floresta Ombrófila Densa Submontana |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia Estatística |
| INMET | Instituto Nacional de Meteorologia |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| SC | Santa Catarina |
| SE | Situação de Emergência |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I - PALHOÇA: ASPECTOS NATURAIS E HISTÓRICOS | 14 |
| 1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO..... | 14 |
| 1.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO | 19 |
| 1.3 DAS CHEIAS ÀS PRIMEIRAS ENCHENTES | 28 |
| CAPÍTULO II - A RECORRÊNCIA DAS ENCHENTES EM PALHOÇA | 40 |
| 2.1 O CRESCIMENTO URBANO E A INTENSIFICAÇÃO DAS ENCHENTES | 40 |
| 2.2 A “MAIOR CHUVA DO SÉCULO”: A GRANDE ENCHENTE DE DEZEMBRO DE 1995 | 49 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 65 |
| REFERÊNCIAS | 67 |

INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de grande interesse pelos assuntos relacionados ao meio ambiente. Dentro deste vasto campo de discussões, que inclui tópicos como desmatamento, mudanças climáticas, destruição da biodiversidade, entre outros assuntos, a temática dos desastres ambientais ganha cada vez mais espaço e relevância. Esse crescente interesse tanto de noticiar como de debater a respeito desses eventos catastróficos, em parte, pode ser explicado pela grande quantidade de pessoas que são afetadas todos os anos por desastres dos mais diversos tipos.

Nos últimos anos a frequência e a intensidade com que esses eventos acontecem no mundo inteiro vêm aumentando de maneira alarmante. No Brasil a situação não é diferente: o total de desastres registrados passou de aproximadamente 8.600 na década de 1990 para 23.200 na década de 2000. Durante todo esse período mais de 96 milhões de brasileiros foram atingidos por algum desastre ambiental, sendo as secas e as inundações os eventos que mais afetaram pessoas, respectivamente 50% e 40% desse total.² Além desses tipos de desastres, também ocorrem com frequência em nosso país vendavais, chuvas de granizo, geadas, incêndios florestais, deslizamentos, erosões e tornados.

De 1991 à 2010, a região Sul do Brasil – formada pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – concentrou 34% de todas as ocorrências de desastres, ficando atrás apenas do Nordeste, que registrou 40% das ocorrências.³ Analisando o ranking dos municípios mais afetados por desastres no Brasil, produzido pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/UFSC), veremos que dos setenta municípios que compõem a lista, trinta e quatro deles são catarinenses, incluindo os sete primeiros colocados.⁴ Esses números nos permitem afirmar que Santa Catarina merece atenção especial quando tratamos de desastres ambientais.

Todas as regiões de Santa Catarina são afetadas por algum tipo de desastre, e neste trabalho a atenção será voltada ao município de Palhoça. Podemos perceber, de uma forma mais apurada, a recorrência dos desastres no município observando o período que vai de 1979 a 2011. Neste intervalo de trinta e dois anos foram registradas quarenta e três ocorrências entre

² HIGASHI, Rafael A. dos Reis. et. al. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010**: volume Brasil. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. p. 28. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

³ Ibidem, p. 86.

⁴ Ibidem, p. 89.

vendavais, secas, chuvas de granizo, deslizamentos, vazamento de produtos perigosos (tóxicos) e principalmente enchentes⁵, que causaram enormes prejuízos e afetaram milhares de pessoas. Estas últimas se mostraram tão destrutivas, sobretudo na década de 1990, que figuraram entre os principais problemas municipais, juntamente com o crescimento desordenado, a invasão de áreas de preservação e a deficiência do saneamento básico.⁶

Este trabalho busca compreender de que forma ocorreu o processo de construção das enchentes como desastres ambientais em Palhoça. Para tanto, analisaremos as principais enchentes ocorridas entre o final do século XIX e o término do século XX, dando atenção especial para a grande enchente de dezembro de 1995.

Para execução do trabalho, foram utilizadas como fontes as notícias publicadas nos principais jornais da Grande Florianópolis, obras de referência que tratam da história do Município e vários documentos oficiais como, relatórios dos Presidentes de Província, decretos municipais e relatórios de danos.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo fato de existirem poucos trabalhos de cunho acadêmico, desenvolvidos por historiadores, a respeito da história do Município. Além disso, quando de alguma forma os desastres são citados, antiga relação dos moradores com as enchentes, que remonta ao século XIX, fica limitada a pouquíssimas páginas, não sendo portanto, tema relevante de nenhuma obra. Dessa forma, este trabalho busca contribuir para um novo olhar a respeito da história de Palhoça, relacionando os desastres ambientais com problemáticas sociais, por meio da perspectiva da História Ambiental. Sem dúvida alguma, não se pretende esgotar este tema, pelo contrário, esperamos que este trabalho sirva de estímulo para o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o Município, principalmente em relação as questões ambientais.

Este trabalho é dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Palhoça: aspectos naturais e históricos”, são apresentados aspectos gerais do Município, e em seguida, analisamos como o processo de ocupação contribuiu para a ocorrência das enchentes em Palhoça e também perceber em que momento a elevação das águas dos principais rios tornaram-se um problema para os moradores.

No segundo capítulo, intitulado “A recorrência das enchentes em Palhoça”, a intenção é compreender de que forma a expansão urbana e o crescimento populacional, a partir de 1970,

⁵ Apesar de existirem várias conceituações que diferem as enchentes das inundações, devido à dificuldade de fazer tal distinção, sobretudo em relação aos eventos mais antigos dos quais as informações são limitadas, neste trabalho não faremos distinção entre tais conceitos.

⁶ SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça - SC**. Florianópolis: Artymagem, 1999. p. 46.

proporcionaram a intensificação das enchentes. Além disso analisamos como o desastre de dezembro de 1995 alterou o cotidiano palhocense e porque até hoje esta é considerada a maior enchente do município.

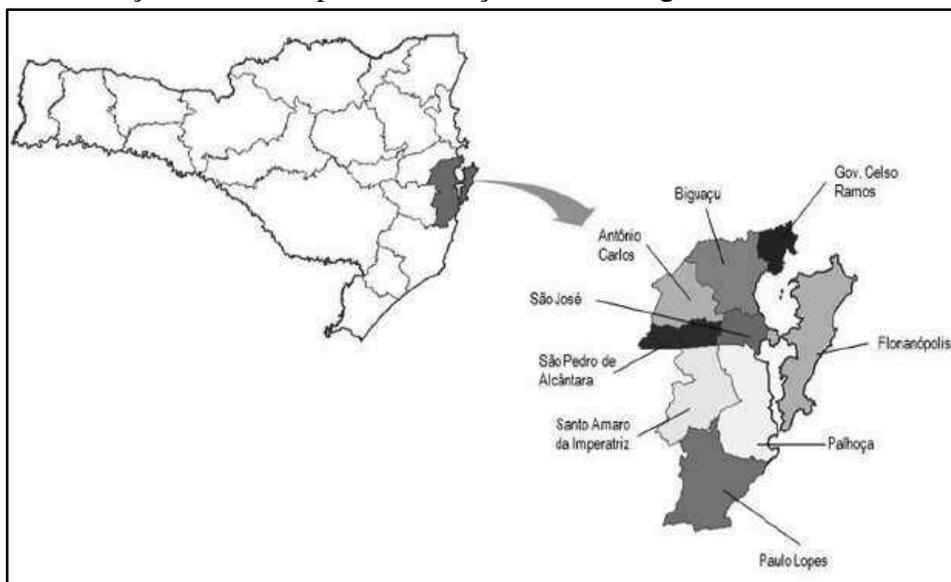
Por fim, nas “Considerações finais” são apontados os elementos, sejam eles naturais ou antrópicos, determinantes para a ocorrência desses desastres ambientais ao longo dos anos em Palhoça.

CAPÍTULO I - PALHOÇA: ASPECTOS NATURAIS E HISTÓRICOS

1.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

O Município de Palhoça está localizado na mesorregião da Grande Florianópolis e, por apresentar uma área total de aproximadamente 395 km², é considerado um dos maiores municípios do litoral catarinense. Possui atualmente, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), uma população de 154.244 habitantes, sendo o décimo município mais populoso do Estado. Dessa forma, a densidade demográfica não chega aos 400 hab/km². Entretanto esses dados não refletem a má distribuição da população pelo espaço demográfico do município, que tem 75% do território protegido como área de preservação permanente. Se considerarmos apenas a área urbana (87km²), que concentra 95% da população a densidade demográfica sobe para 1684 hab/km².⁷ Palhoça faz limite com os municípios de São José ao norte, Santo Amaro da Imperatriz a oeste, e Paulo Lopes ao sul, sendo banhada pela baía sul da Ilha de Santa Catarina e o Oceano Atlântico.

Figura 01: Localização do Município de Palhoça na Mesorregião da Grande Florianópolis



Fonte: Disponível em: http://www.scielo.br/img/revistas/floram/2013nahead/aop_037113fig01.jpg. Acesso em: 18 mar. 2015.

⁷ IBGE. **Cidades.** Brasil. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421190&search=santa-catarinalpalhocalinfograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 10 jan. 2015.

De acordo com o Mapa de Climas do Brasil, produzido em 2002 pelo IBGE, podemos classificar o clima de Palhoça como Temperado de categoria Subquente e Super úmido.⁸ No inverno as temperaturas variam entre 13°C e 22°C, podendo ocorrer mínimas de até 5°C de maio a junho. Durante o verão as temperaturas aumentam, mas dificilmente passam dos 30°C, mesmo nos meses mais quentes como janeiro e fevereiro. As precipitações ocorrem durante todo o ano, não existindo uma estação propriamente seca, entretanto os índices pluviométricos variam consideravelmente, sendo o verão muito mais úmido do que o inverno.

A vegetação original do município era composta predominantemente pela Floresta Ombrófila Densa (FOD)⁹, com as formações Montana (FODm) e Submontana (FODs) nas áreas mais altas; de Terras Baixas com até 30 metros de altitude e Vegetação Litorânea ou Pioneira caracterizada pelos manguezais e restingas. Vale ressaltar que esta vegetação original já foi em grande parte descaracterizada pela ação humana, através da derrubada da mata para a extração de madeira, abertura de terrenos agricultáveis e também para formação de pastagens para a criação de gado.

Nesse sentido, Alberto E. Villaverde¹⁰ considera um grande avanço a criação, em 1975, do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro que ocupa aproximadamente 75% do território de Palhoça e inclui os manguezais do Aririú-Cubatão e do Massiambú (Figura 02). O Parque ainda abrange grandes áreas dos municípios de Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí e Paulo Lopes e por esse motivo é considerado a maior unidade de conservação de proteção integral do Estado.¹¹

⁸ IBGE. **Mapa de clima do Brasil**. Brasil, 2002, 1p. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/clima.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

⁹ O termo Floresta Ombrófila Densa, criado por Ellenberg e Mueller-Dombois (1967), substitui Pluvial (de origem latina) por Ombrófila (de origem grega), ambos com o mesmo significado “amigo das chuvas”. Assim, a característica ombrotérmica da Floresta Ombrófila Densa está presa a fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (médias de 25° C) e de alta precipitação, bem distribuída durante o ano, o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período biologicamente seco. Fonte: IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2 ed. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 2012. p. 65. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

¹⁰ VILLAVERDE, Alberto E; POMPEO, Cesar Augusto. **A problemática ambiental no Município de Palhoça (SC): desenvolvimento urbano sustentável**. 1996. 118f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGEA0003-D.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015. p. 34-35.

¹¹ FATMA. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Figura 02: Limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro



Fonte: **Blog de Rotas**. Disponível em: <http://www.blogderotas.com.br/roteirinho-aventure-se-no-parque-da-serra-do-tabuleiro/>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Observando a Figura 02 podemos notar que o Parque ocupa principalmente a área sul do município, onde se localiza a serra do Tabuleiro com elevações em torno de 800 metros, na qual se destaca o “morro do Cambirela”, com mais de 1000 metros de altura. Por outro lado, no perímetro urbano, que corresponde área norte, predomina o relevo da planície costeira devido principalmente a presença dos rios Maruim¹² e Cubatão, o que facilitou a ocupação desse local no passado.¹³ Não por acaso, é justamente nesta região, mais afetada por diversas atividades humanas, que ocorrem a maioria das enchentes, e por consequência os desastres ambientais.

¹² Além da grafia Maruim, também encontramos nas fontes referências ao rio e a localidade em seu entorno escritas da seguinte forma: Imaruím, Imaruim e ainda Imaruhy.

¹³ FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004. p. 20.

Além do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, foi criado em 1996 o Parque Ecológico Municipal dos Manguezais¹⁴, com o intuito de preservar o que havia restado do intensamente degradado manguezal, que fica a 800 metros da praça central de Palhoça. Entretanto, apesar da criação da área de preservação, a fiscalização ambiental praticamente não ocorre neste local, dessa forma o manguezal continua sofrendo com aterros irregulares e recebendo uma enorme quantidade de esgoto.¹⁵

O município de Palhoça está localizado dentro de duas Bacias Hidrográficas: a do rio Cubatão do Sul e a do rio da Madre. A Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Sul faz parte do sistema de drenagem da vertente do Atlântico, a qual se caracteriza por apresentar rios com um perfil longitudinal acidentado tendo durante o seu curso cascatas e corredeiras, e nas partes mais baixas próximas a foz geralmente ocorre a formação de meandros.¹⁶ Esta Bacia possui uma área de drenagem de 738 km², (dos quais 342 km² pertencem ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro), com 167,44 km de perímetro. Seu principal rio é o Cubatão do Sul, com 65 km de extensão. A bacia abrange os municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, parte de São Pedro de Alcântara e Palhoça.¹⁷

Neste trabalho nos limitaremos a tratar apenas da Bacia do Rio Cubatão Sul, pois são os rios Maruim, Passa Vinte, Aririú e Cubatão, todos pertencentes a esta Bacia, que estão intimamente relacionados as enchentes ocorridas no Município, (Ver Figura 03).

O rio Maruim nasce aproximadamente a 740 metros de altura, na Serra Pai João, na divisa dos municípios de São José e Antônio Carlos e em seu médio curso o rio se torna sinuoso, apresentando meandros, caracterizando uma planície de inundação. Esse mesmo aspecto também podia ser observado em seu baixo curso, já em terras palhocenses, antes de sua retificação¹⁸ na década de 1960.¹⁹

O Rio Cubatão do Sul é o principal rio da bacia e se origina da confluência dos rios Cedro e Bugres, que possuem nascente superiores a 1000 metros. Este rio possui uma extensão

¹⁴ Esta unidade de conservação engloba a maior parte dos manguezais do município. No entanto, seu processo de implementação não foi concluído e a situação de conservação atualmente é problemática em virtude da indefinição dos seus limites, da forte pressão de urbanização no entorno e sobre a área, que dificultam sua gestão. A falta de políticas públicas para o manejo do parque também intensifica os desastres no seu entorno.

¹⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 25.

¹⁶ FERREIRA, Rubia Correa da Silva; LAGO, Paulo Fernando; HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. **Bacia do Rio Maruim: transformações e impactos ambientais**. 1994. 153f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. p. 42.

¹⁷ PEREIRA, Adilson; ZANIN, Vanessa Cataneo. **Expedição ao Rio Cubatão**. Disponível em: <http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/expedicao-ao-rio-cubatao#0>. Acesso em: 19 mar. 2015.

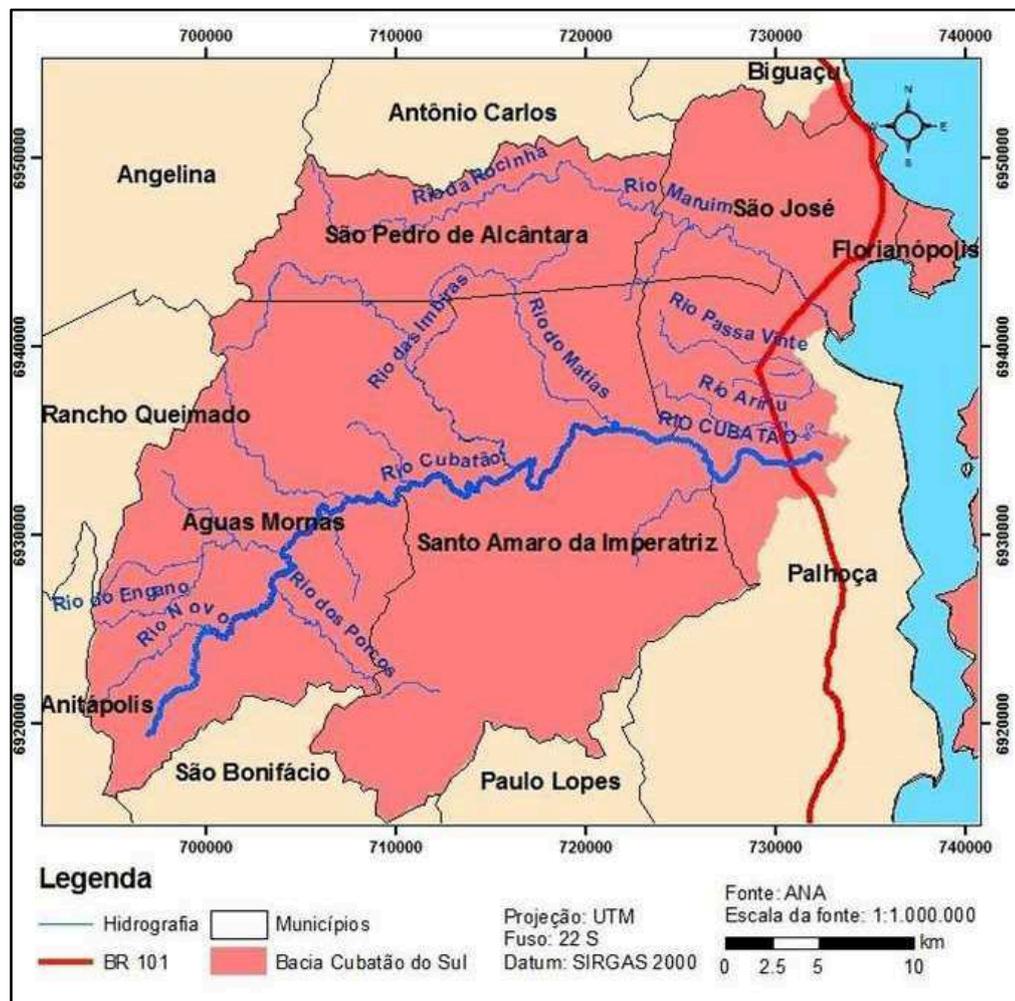
¹⁸ Trataremos a respeito dessa obra de retificação com mais detalhes no segundo capítulo.

¹⁹ FERREIRA; LAGO; HERRMANN, op. cit., p. 54.

total de 62 km e próximo a foz apresenta a formação de meandros, desembocando num grande manguezal.

Ao contrário desses dois rios, o Passa Vinte e o Aririú encontram-se inteiramente inserido dentro dos limites municipais de Palhoça. O rio Passa Vinte nasce no Morro do Gato, à 400 metros de altitude e em seu caminho até o mar percorre o centro da cidade, por isso existe uma grande quantidade de pessoas que habitam suas margens. Já o rio Aririú nasce no Morro dos Quadros na divisa entre Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz e percorre 9 km até sua foz, que possui 90 metros de largura e sofre constantemente com o processo de assoreamento. Este rio dá nome a um dos bairros mais antigos do município, a Barra do Aririú, que conta hoje com mais de 10 mil moradores.²⁰

Figura 03: Mapa da Bacia hidrográfica do rio Cubatão Sul



Fonte: **Blog Bacia do Cubatão do Sul**. Disponível em: <http://baciacubataosul.blogspot.com.br/>. Acesso em: 19 mar. 2015.

²⁰ Pesca e a tradição açoriana [...]. **Notícia do Dia online**. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/172690-barra-do-aririu.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

1.2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A história da ocupação de Palhoça pelos europeus se confunde com a colonização de todo continente fronteiriço à Ilha de Santa Catarina. Entre os anos de 1748 e 1756 ocorreu uma grande imigração açoriana para o Sul do Brasil, na qual vieram para essa região mais de 6.000 pessoas procedentes do arquipélago dos Açores.²¹ Com a chegada dessas famílias açorianas começaram a surgir algumas povoações no continente, dentre elas, as freguesias de São José da Terra Firme e da Enseada de Brito, ambas fundadas em 1750. Foi a partir desses dois núcleos e da intenção de povoar as margens da estrada que ia de São José à Lages, que se iniciou o processo de ocupação do atual perímetro urbano de Palhoça e de todo o restante do município.

As primeiras doações de sesmarias próximas aos rios Cubatão, Aririú e Maruim, aconteceram respectivamente em 1753, 1772 e 1773²², apesar dessa iniciativa parecia haver pouco interesse do Governo da Capitania em desenvolver as povoações do continente e adentrar ao interior. Entretanto, essa situação se altera drasticamente após a invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina em 1777. A rápida vitória espanhola trouxe pânico aos moradores de Desterro, ocasionando uma humilhante fuga, inclusive de soldados, para o vale do rio Cubatão. Como não haviam vias de comunicação interna, os que não foram capturados pelos espanhóis, procuraram se alojar em moradias perdidas na mata.²³

Buscando aumentar a povoação do continente próximo a Desterro e sobretudo melhorar a defesa do território, para que um episódio como aquele não se repetisse, o Governador da Capitania, o Coronel João Alberto de Miranda Ribeiro, encarregou o Alferes Antônio José da Costa e o Capitão Antônio Marques d'Arzão de abrirem um caminho entre a freguesia de São José até a vila de Lages, no então planalto serrano paulista.²⁴ Em 1790, foram concluídas 16 léguas de estrada do litoral até a Serra do Trombudo, divisa entre Santa Catarina e São Paulo, de modo que o restante das obras até Lages ficaram a cargo da capitania vizinha. No entanto havia pouquíssimo interesse do governo paulista em construir o segundo trecho, e aos poucos o caminho já construído até a localidade de Trombudo (atualmente município de Trombudo Central) foi se deteriorando, a vegetação tomou conta novamente e as chuvas alagaram as áreas

²¹ FARIAS, op. cit., p. 69.

²² Ibidem, p. 77.

²³ FILHO, A; ALMEIDA, A. S; MESSIAS, T. A. Integrando o território catarinense: a construção da Estrada de Lages. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: ANPEC, 2011. v. XXXIX. p. 5. Disponível em: <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0076302f88d70811a732a1eeb4361577419.doc>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁴ Idem.

aterradas²⁵. Apesar disso, o governador da Capitania de Santa Catarina não abandonou a ideia de ligar o litoral à serra, até mesmo porque considerava esse empreendimento fundamental para a segurança da capitania. Em virtude disso, procurou estimular a formação de novos povoados às margens da estrada, o que facilitaria sua manutenção e serviria de apoio aos ilhéus em caso de uma nova invasão a Ilha de Santa Catarina. Em 31 de julho de 1793, o Governador João Alberto de Miranda Ribeiro enviou um ofício ao Vice-Rei do Brasil, propondo promover Caetano Silveira de Mattos ao posto de Capitão da Companhia de Infantaria, o qual naquele momento construía um armazém no sertão de São José da Terra Firme, como podemos observar no trecho abaixo:

Não havendo nesta Ilha muitos sujeitos, ou fallando com toda ingenuidade, não havendo nenhum que exceda a Caetano Silveira de Mattos, no meu conceito, para os importantes fins a que o destino e de que já principiei a servir-me, [...]. Este omem é activo e zeloso para o serviço, é muito trabalhador e bastantemente remediado, porque possui uns poucos mil cruzados: tem principiado um famoso estabelecimento no sertão digo no interior do sertão da Terra Firme, na estrada que vai para a villa de Lajes, onde conserva bastante escravatura, e grandes derrubadas, para principiar as suas plantações. Agora mesmo se acha actualmente empregado na factura de um armazem ou palhoça, que mandei construir nos mattos da Terra Firme, para fazer um deposito de farinha, com que possa subsistir naquelle logar, caso me seja, na precisão de me retirar a ele, depois de fazer na Ilha toda a opposição que me for possível, aos inimigos.²⁶

Como podemos observar o armazém, de que o Governador João Ribeiro se refere, foi construído por Caetano Silveira de Mattos à beira da estrada que seguia para Lages, junto a foz do rio Maruim. Este empreendimento se tornou um entreposto comercial, não só de farinha, mas também de outros gêneros e contribuiu significativamente para fixação de outros moradores nas imediações. Mesmo já havendo outros habitantes nessa e em localidades próximas desde meados do século XVIII, devido à importância da propriedade de Caetano Silveira de Mattos para a ocupação do que viria a ser o distrito sede de Palhoça, lhe é atribuído o “título” de fundador do Município.

Somente após a anexação de Lages à Capitania de Santa Catarina e a organização da Província após a Independência em 1822, o que deu mais autonomia financeira e fiscal ao executivo local, que as obras na Estrada de Lages foram retomadas. A preocupação neste momento não era mais com a defesa de Desterro como no final do século XVIII, mas em manter

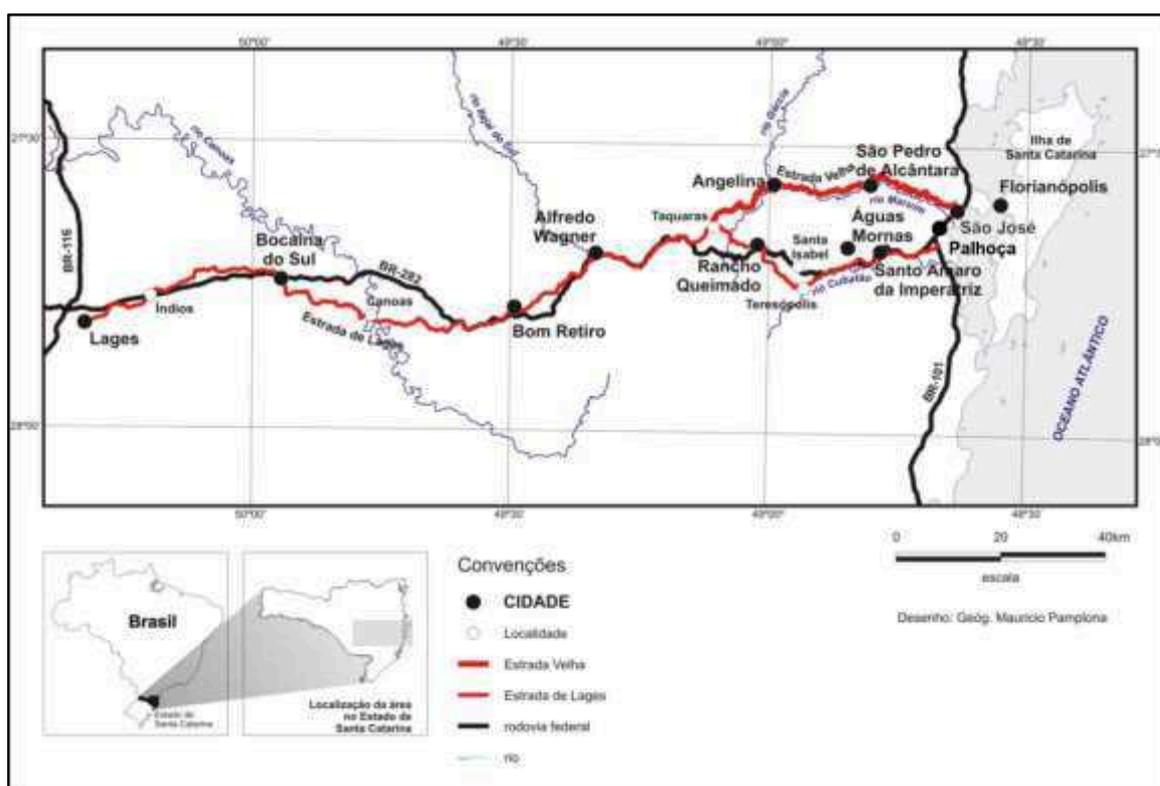
²⁵ Idem.

²⁶ LOPES, José Lupércio. **Monographia do Município de Palhoça**. Florianópolis: Liv. Cysne, 1919. p. 10.

uma via de comunicação transversal para a consolidação do poder provincial, estimulando o comércio entre o litoral e a serra catarinense.²⁷

Em 1838 optou-se por um novo traçado, visto que o primeiro, que seguia pelo rio Maruim e passava pela colônia de São Pedro de Alcântara, era frequentemente destruído nas épocas das chuvas pelas cheias do rio, exigindo constantes obras de manutenção. Já a estrada nova seguia pelas margens dos rios Cubatão e São Miguel, passando pela colônia de Teresópolis e Rancho Queimado, seguindo até Taquaras, de onde acompanhava o mesmo percurso da estrada velha. Este caminho ficou conhecido como Caldas da Imperatriz e passou a ser a opção do governo provincial, já que era menos dispendioso que o anterior.²⁸ Assim, os viajantes que saíam do Estreito com destino a Lages, e vice-versa começaram a passar necessariamente por Palhoça, como podemos observar na Figura 04.

Figura 04: Localização da antiga Estrada de Lages e da atual BR-282



Fonte: FILHO, A; ALMEIDA, A. S; MESSIAS, T. A., op. cit. p. 20. Disponível em: <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/007-6302f88d70811a732a1eeb4361577419.doc>. Acesso em: 10 jan. 2015.

²⁷ FILHO, A; ALMEIDA, A. S; MESSIAS, T. A. op. cit., p. 5.

²⁸ Ibidem, p. 7.

O Arraial de Palhoça, pertencente à Freguesia de São José, “continuou ainda por muitos anos a permanecer em estado de abandono”.²⁹ Segundo José Lupércio Lopes³⁰, aos poucos foram sendo construídas casinhas cobertas de palha, semelhantes a palhoça de Caetano de Mattos, muito próximas ao mar, na localidade denominada Areias, ao sul da desembocadura do rio Maruim. Com o passar dos anos, o comércio da Freguesia de São José cresceu consideravelmente, surgindo assim casas importantes de negócios que mantinham fortes relações com os comerciantes da serra. Isso acabou proporcionando um intenso movimento pela rua principal do pequeno Arraial, que em dezembro de 1872 foi elevado à categoria de Distrito Policial.³¹

Os constantes melhoramentos na Estrada de Lages ora feitos pela Presidência da Província ora pela Câmara de São José, contribuíram decisivamente para que na década de 1880, Palhoça tivesse um rápido crescimento econômico, como pode ser observado na descrição de José Lupércio Lopes:

A lavoura e o commercio se desenvolviam em surtos admiraveis, promettendo as melhores esperanças de um risonho porvir. Os Poderes Municipaes, quando podiam, melhoravam as estradas. [...] Accentuava-se o movimento commercial, augmentava o numero de industriaes, dos quaes, muitos construïam olarias, cortumes, xarqueadas, engenhos, etc. Data d’ahi o movimento sempre crescente do commercio, industria e artes, na Palhoca. A exportacao para esta Capital, de materiaes para construcção, era notavel; ás segundas feiras as embarcações, abarrotadas, traziam os generos coloniaes procedentes das diversas colonias e na terça, voltavam. Além disso nos outros dias esses vehiculos conduziã lenha, madeiras, cereaes e outros productos da lavoura.³²

Nesta época Palhoça diversificou sua produção agropecuária e era considerada “o celeiro de Florianópolis”.³³ Além disso, se tornou importante produtora de telhas e tijolos, que eram vendidos na Capital. Esse período de grande prosperidade foi marcado pela elevação de Palhoça à categoria de Freguesia em 1882 e, principalmente, por sua emancipação em abril de 1894. Naquela ocasião formou juntamente com as Freguesias de Santo Amaro do Cubatão,

²⁹ LOPES, 1919, op. cit., p. 12.

³⁰ José Lupércio Lopes nasceu em 1876, tendo exercido os cargos de professor, inspetor escolar e promotor de Palhoça, com jurisdição em todo o Estado. Em 1913 passou para os serviços da Fazenda Federal, chegando a ser contador da Delegacia Fiscal, em Florianópolis. Desde cedo dedicou-se a pesquisa das origens de sua cidade, tendo contribuído para a história da Grande Florianópolis, através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, jornais e outros periódicos catarinenses. Suas principais obras são a Monographia do Município de Palhoça (1919), São José e Palhoça: seus antigos e atuais limites (1926) e Palhoça Notícia-estatístico descritiva (1939). Faleceu em 1969, aos 92 anos. Disponível em: <http://www.poetaslivres.com.br/poeta.php?codigo=283>. Acesso em: 19 abr. 2015.

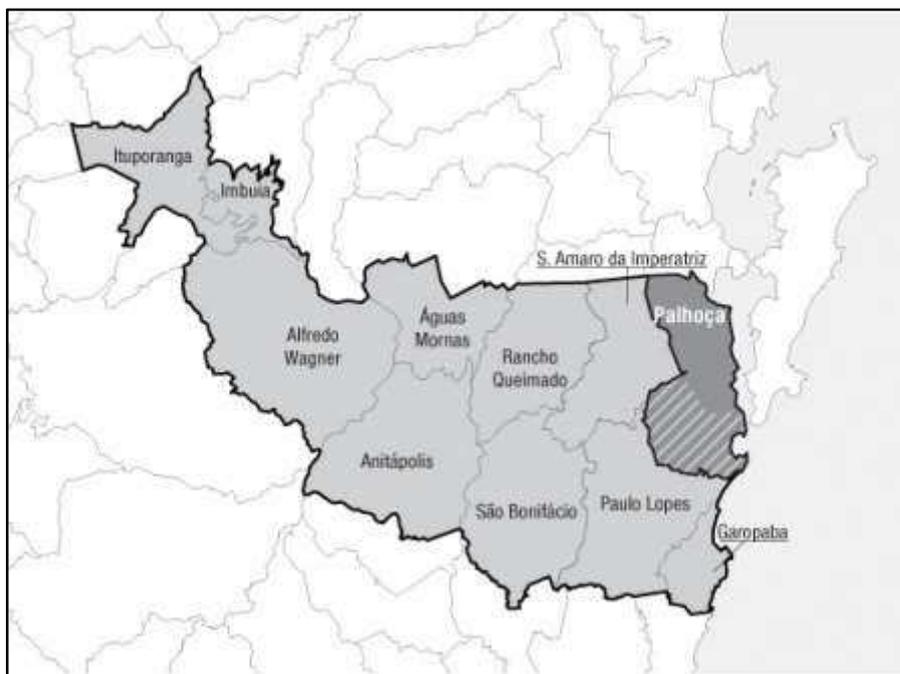
³¹ SILVEIRA, op. cit., p. 10.

³² LOPES, 1919, op. cit., p. 19-20.

³³ Santo Amaro. **República**, Florianópolis, 26 nov. 1919, p. 2.

Enseada de Brito, Teresópolis, Santa Isabel, Capivari e Santa Teresa, um município autônomo com a denominação de Município de Palhoça (Figura 03), tendo por sede o distrito do mesmo nome, três quilômetros ao sul do rio Maruim.³⁴

Figura 05: Limites territoriais de Palhoça em 1894 com as divisões políticas atuais



Fonte: **Notícias do Dia on-line**. Disponível em: <http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/10474-palhoça-perdida-muitos-mais-do-que-em-extensao-territorial.html>. Acesso em: 10 jan. 2015.

Com o crescimento do comércio em Palhoça, surgiram importantes pontos de negócio como a Casa do Globo e a firma Luz & Luz que dispunham de grandes quantidades de produtos como sal, querosene, açúcar e farinha.³⁵ Além desta oferta de produtos, aqueles que vinham de Lages com destino a Capital podiam embarcar em Palhoça diretamente para a Ilha, sem precisar passar por São José, com podemos perceber por meio da narrativa de José Vieira da Rosa:

Houve um tempo em que São José era o empório do comércio com a serra, mas logo que a Palhoça começou a tomar desenvolvimento, a antiga cidade entrou a decair até o ponto em que a vemos atualmente (1905) [...]. Era natural tal sucesso, que forças humanas não poderiam impedir, pois a Villa da Palhoça, ficando cinco quilômetros mais próxima dos negociantes da serra, e dispondo de mais facilidade em suas permutas e compras, apoderou-se do comércio que anteriormente era feito com São José.³⁶

³⁴ SILVEIRA, op. cit., p. 11.

³⁵ LOPES, 1919, op. cit., p. 20.

³⁶ ROSA, Vieira da. **Chorographia de Santa Catharina**. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1905. p. 188.

Do final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os comerciantes de Palhoça dominaram o transporte marítimo de mercadorias até a Capital, o que exigiu a construção de vários pequenos portos para que os lanchões e botes pudessem atracar. Este fato promoveu uma verdadeira invasão das praias e manguezais mais próximos, onde foi construída a praça central da cidade. Podemos ter uma melhor noção desse processo de ocupação através da descrição de José Viera da Rosa³⁷ em 1905:

No lugar em que se acha a Vila não se encontram praias de branco ou amarelo areião, como soe (costuma) acontecer nos lugares que o ladeiam, mas sim uma linha de mangues, de terreno mole, onde cada negociante mais abastado abriu para o uso próprio um canaleta, por onde saem os botes carregados de colonos e suas mercadorias, duas vezes por semana.³⁸

Deste modo, a partir do conhecimento de como aconteceu a ocupação do local, podemos compreender o porquê da cidade ter se desenvolvido em uma faixa estreita muito próxima ao mar, entre o rio Maruim, ao norte e o rio Cubatão, ao sul. Apesar de essa ser uma posição estratégica em termos comerciais, ela possuía uma séria desvantagem: a sede da Vila foi construída em “[...] um terreno baixo, composto as vezes de manguezais formando patoraes³⁹ [...]”⁴⁰, que vinha desde a ponte sobre o rio Maruim, até a região do Morro do Cambirela, próximo a foz do rio Cubatão.

Apesar de reconhecer a superioridade comercial de Palhoça em relação a São José no início do século XX, José Viera da Rosa afirma que esse sucesso provavelmente seria momentâneo, e que São José com o passar dos anos superaria Palhoça economicamente, justamente pelo local onde fora instalada a sede deste município:

³⁷ José Viera da Rosa nasceu no ano 1869 em São José e cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro entre 1888 e 1892. Foi também diretor do Serviço Geográfico e Inspetor de Proteção aos Índios de Santa Catarina, além de colaborador dos jornais Folha do Comercio e Terra Livre de Florianópolis. Fonte: PAULI, Evaldo. Gal. Paulo Gonçalves Weber Viera da Rosa, um filósofo do dia-a-dia apud BRANDT, Marlon. O espaço rural dos campos do Planalto na Chorographia de Santa Catharina. **História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 1, p. 218-231, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/3217>. Acesso em: 17 mar. 2015.

³⁸ ROSA, op. cit., p. 188.

³⁹ Até a década de 1940, ao que tudo indica, essa expressão não havia sido registrada em nenhum dicionário. Naquela época acreditava-se que a palavra patorial surgiu devido à grande presença de patos nesses locais que geralmente ficavam alagados. Definiu-se, portanto, patorial como “uma clareira no manguezal, onde nos preamares (maré alta), se vê uma laguna. A terra ali, de sedimentos argilosos, apresenta uma tabatinga azul escuro muito empregada na cerâmica indígena”. Fonte: Mensário do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, v. 9. Ed. 2, 1940. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?ei=69c2VaGBKM-gyASf1YDIAw&hl=pt-BR&id=YitDAAAIAAJ&dq=patoraes&focus=searchwithinvolume&q=patoraes>. Acesso em: 21 abr. de 2015. Já segundo o Novo Dicionário Aurélio, patorial é uma expressão tipicamente catarinense que significa terreno pantanoso e coberto de mangues. Fonte: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 1046.

⁴⁰ ROSA, op. cit., p. 196.

Voltamos a Palhoça e fallemos sem medo. A meu ver ella não tem, no lugar em que se acha, futuro muito lisongeiro, e pela ordem natural das cousas S. José ha de suplantá-la. Palhoça não possui porto, está em *lugar impróprio para uma cidade*, não tem agua que preste, ao passo que a cidade de S. José possui tudo isso.⁴¹ (Grifo nosso)

Não sabemos ao certo o que Vieira da Rosa quis dizer com a expressão “lugar impróprio para uma cidade”, entretanto pelo que ele escreve a respeito de Palhoça em sua obra, podemos acreditar que estivesse se referindo justamente aos terrenos baixos e pantanosos na qual se desenvolveu a cidade. Ainda segundo ele, em 1905 no distrito sede, só existia a referida estrada principal, que ligava São José à estrada nova para Lages, já que não haviam sido construídas ruas laterais. Para ele seria necessário primeiro drenar todos os terrenos que ficavam a oeste da estrada, pois eram quase todos compostos por banhados. Além disso afirma que:

O palhocense, se quizer fazer da Villa uma grande cidade, terá que conquistar o terreno por meio de canaes ou diques que impeçam a invasão das aguas no preamar.⁴² A praça, em cujo fundo acham-se a intendencia municipal e a igreja matriz, tem espaço bastante para edificações, mas é também um terreno encharcado.⁴³

Esta sugestão de Vieira da Rosa nunca foi posta em prática, a cidade cresceu de maneira desordenada aterrando os mangues e canalizando os seus córregos naturais. Em relação a construção do prédio da prefeitura, José Lupércio Lopes afirma que quando a freguesia se emancipou, em 1894, “foi assunto de muitas cogitações entre os políticos-administradores, o logar para a referida instalação e construção do palacete da administração municipal, ultimado e inaugurado em agosto de 1895”.⁴⁴ Entretanto, mesmo reconhecendo que a sede foi construída em uma região relativamente baixa, para ele não poderia ter se dado em outro local, já que em 1883 já havia sido concluída a construção da Igreja Matriz e da praça principal.

Ainda que houvesse bastante espaço no terreno da igreja, o fato deste ser “encharcado”, nas palavras de Vieira da Rosa, exigiu que o cemitério fosse construído relativamente longe daquele local. Em 1886 “conseguiram o terreno preciso e adequado a servir de cemitério público, situado no alto da collina, ventilado e secco, no começo do Passa-vinte [...] e distante da sede poucos quilômetros”.⁴⁵

⁴¹ Ibidem, p. 200.

⁴² A palavra preamar significa o nível mais alto da maré. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/preamar>. Acesso em 07 abr. 2015.

⁴³ ROSA, op. cit., p. 196.

⁴⁴ LOPES, José Lupércio. **Palhoça**: notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: IBGE, 1939. p. 78.

⁴⁵ LOPES, 1919, op. cit., p. 26.

Estes não foram os primeiros relatos a respeito das condições alagadiças das terras palhocenses. Em suas viagens pelo Sul do Brasil em 1858, Robert Avé-Lallemant, vindo de Desterro, passou por São José e, a cavalo, se dirigiu à Enseada de Brito. Ao passar sobre a recém construída ponte de pedra sobre o rio Maruim descreveu o local da seguinte maneira:

Nas depressões do terreno, muitas fábricas de telhas e bela plantações, apesar de parecer insalubre a região meio pantanosa. Procurou-se conservar o caminho em terreno firme num amplo arco, porém é mau em muitos lugares; aliás, depois de alguns dias de chuva, é absolutamente intransitável. Por duas vezes tivemos que paear-nos e conduzir os cavalos, embora nos dissessem que por causa da prolongada seca, o caminho estava bom.⁴⁶

Opinião semelhante a esta encontramos nos escritos de José Lupércio Lopes, no trecho em que descreve as povoações iniciais do então Arraial de Palhoça. Segundo ele:

Nesse tempo havia somente a péssima estrada de cargueiros que, da então freguesia de S. Jose, ia a Vila de Lages. Pelos referidos ranchos transitavam somente aqueles que viajavam para a Serra, arriscando passar pelo tirirical⁴⁷ e atoleiros que se encontravam na estrada geral, hoje, em parte a rua principal da sede do município e da comarca.⁴⁸

A condição dos terrenos obrigava aqueles que traziam tropas de bois ou cavalos com destino a Desterro, tomassem um pequeno desvio. Eles seguiam em direção ao morro do Tomé, que fica ao sul da cidade, passando pela beira do mar até chegar à ponte do rio Maruim, daí em diante seguiam pela estrada geral até a freguesia de São José, já que o trecho da estrada entre a sede de Palhoça até tal ponte podia ser muito perigoso para os animais devido aos terrenos pantanosos.⁴⁹

Como pudemos perceber, José Vieira da Rosa é mais enfático e deixa bem clara a sua desaprovação do local que foi escolhido para a construção da sede de Palhoça, ressaltando inclusive que a condição dos terrenos pesaria negativamente para o futuro econômico do Município. Já José Lupércio Lopes apesar de reconhecer tais condições, sempre procurou minimizar os possíveis problemas ou mesmo negá-los. Em sua obra intitulada Monografia de

⁴⁶ AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. 2 v. Rio de Janeiro: INL, 1953. p. 29.

⁴⁷ Tirirical era uma expressão utilizada no início do século XX para se referir a um local onde era abundante a Tiririca. O Capim-Tiririca (*Cyperus rotundus*) é também conhecido como Tiririca, Tiririca-do-Brejo, Barba-de-Bode, Capim-Dandá e Junça. Ele pertence à família *Cyperaceae*. Esta planta é considerada uma macrófita aquática, que são plantas herbáceas que crescem na água, em solos cobertos por água ou saturados de água. Fonte: ESTEVES, Francisco de Assis (Coord.). **Fundamentos de limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

⁴⁸ LOPES, 1919, op. cit., p. 12.

⁴⁹ Idem.

Palhoça, de 1919, podemos perceber a sua preocupação em evitar que Palhoça fosse reconhecida por seus terrenos baixos e alagadiços:

Palhoça não e alagadiça, como dizem espiritos prevenidos, nem loco de febres palustres e intermitentes. Ao contrario, a Vila esta localizada em um tal ponto que, sem ser dotada de rede de esgotos, é entretanto esse serviço feito pela própria natureza. Do lado leste ha mare banha de quando em quando, levando no seu refluxo as materias em decomposição que encontra; da parte de oeste, da esgoto as aguas servidas um córrego que atravessa a villa em toda a sua extensão.⁵⁰

Com o mesmo objetivo, escreveu vinte anos depois na obra *Palhoça: Notícia Estatístico-descritiva*:

Não obstante, a sede encontrar-se em uma região relativamente baixa, Palhoça tem prontos e francos escoamentos de suas aguas, tanto as pluviais, como as do mar. [...] Relativamente as aguas pluviais, Palhoça não teme consequências que possam prejudicar ou concorrer para alterar a saúde pública. Não se encontram águas paradas. Os muitos bueiros e canaletes preparados para este fim, tornam a sede sempre abrigada dos males oriundos das águas estagnadas ou paradas.⁵¹

Analisando essas passagens, podemos supor que ele pretendia dar uma resposta àqueles que insistiam em dizer que Palhoça possuía terrenos baixos nos quais se acumulavam grandes quantidades de água, ambientes propícios para a proliferação de insetos causadores de algumas patologias muito temidas no final do século XIX e início do XX.

Sabendo que José Lupércio Lopes fez a leitura da *Chorografia de Santa Catarina*, pois a utiliza como referência para descrever os rios que cortam Palhoça, podemos supor que um dos “espíritos prevenidos” de que ele faz menção em 1919, seja o próprio Vieira da Rosa. Este autor possuía uma opinião contrária à José Lupércio Lopes em relação a este assunto, como podemos perceber no seguinte excerto:

Este ano com especialidade, na zona que fica entre S. José e Laguna, febres diversas mataram muitos habitantes, febres até então desconhecidas n'aquella região. Essas terras que ficam desde S. José até o Sul da Laguna são baixas, cheias de banhados formados pelas chuvas, verdadeiros viveiros de mosquitos.⁵²

Ainda que houvessem opiniões divergentes a respeito da topografia de Palhoça, e de como essa característica podia ser determinante para o seu desenvolvimento, o fato é que desde

⁵⁰ LOPES, 1919, op. cit. p. 38.

⁵¹ LOPES, 1939, op. cit., p. 78.

⁵² ROSA, op. cit., p. 42.

meados do século XIX já temos notícias de grandes cheias ocorridas, sobretudo, nos rios Maruim e Cubatão provocadas, a princípio, por grandes quantidades de chuva que trouxeram alguns transtornos aos moradores de Palhoça.

1.3 DAS CHEIAS ÀS PRIMEIRAS ENCHENTES

Desde o início do século XIX, temporais já acometiam à Ilha de Santa Catarina e o litoral fronteiriço a ela. As terríveis “lestadas”⁵³, também chamadas pelos antigos moradores da região de “o carpinteiro da praia”, eram muito temidas pelos navegantes e pelos habitantes litorâneos. Elas se caracterizavam por intensas chuvas, empurradas por um forte vento leste, que iam de encontro às serras “dando lugar a desmoronamentos, cheias de rios e prejuízos de toda sorte”.⁵⁴

Este tipo de evento ocorreu nos anos de 1811, 1830 e 1838, causando muitos prejuízos materiais e também humanos. Sobre a fortíssima lestada de 1838, José Vieira da Rosa o descreveu da seguinte forma:

No anno de 1838, em os dias 9, 10 e 11 de Março foi a ilha, e *toda costa da Provincia*, acommettida de um temporal de chuva e vento da parte de Leste tão rijo, que abrio enormes rasgões pelos morros: quasi toda lavoura ficou raza; todas quantas pontes havião desaparecerão: na Capital rebentarão olhos d'agua mesmo em terrenos muito elevados: algumas casas foram arrasadas e conduzidas ao mar pela força das aguas: na Freguezia de N. S. das Necessidades, mais conhecida por Santo Antonio, desapareceu a casa, aliás bem construída, do Tenente Joaquim José da Silva e conjunctamente com elle ficou sepultado toda sua familia composta de onze pessoas: na varzea do Ratoes outra casa com a família de João Homem teve a mesma sorte: em *outros logares da Provincia* consta que houverão outras victimas. O mar tornou-se, em grande distancia da terra, vermelho do muito barro que reeebeo; e mal se vio boiar n'algumas partes animaes, ou a fortuna de muitos lavradores. Muitas familias ficaram reduzidas a penúria e a miséria. Embarcação houve no porto da Cidade, que virou de quilha para o ar.⁵⁵ (Grifos nossos).

As expressões “toda a costa da Provincia” e “outros logares da Provincia” nos sugerem que além de Desterro, outras freguesias e arraiais do litoral de Santa Catarina tenham sido

⁵³ “O sistema de Circulação Marítima, popularmente conhecido como “lestada” forma muitas nuvens e chuva na costa catarinense e, dependendo da quantidade de umidade e dos ventos, pode chegar a vários quilômetros no interior do continente”. MONTEIRO, M. A. 2007, apud LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

⁵⁴ ROSA, op. cit., p. 39.

⁵⁵ Idem.

acometidos por essa lestadada. Não podemos afirmar se houveram prejuízos ou vítimas no Arraial de Palhoça durante essa “catástrofe”, entretanto, a intenção de trazer relatos como este, é de demonstrar como esses eventos extremos já ocorriam há muito tempo nesta região central do litoral de Santa Catarina, provocando inclusive à morte de famílias inteiras.

Para que um desastre se torne um objeto histórico precisamos considerar que o desastre é um evento prejudicial, sociocultural e extraordinário. Ele se torna um evento prejudicial e extraordinário quando escapa aos domínios humanos, superando nossa capacidade de absorção, o que acaba por gerar uma disrupção, estabelecendo uma série de oposições entre o antes e o depois do acontecimento.⁵⁶ Oliver-Smith ressalta que a disrupção tem um papel importante, entretanto não deve ser o ponto principal para a compreensão do desastre, pelo fato de que tais eventos não estão inscritos numa curta duração e sim num longo processo. Ele ainda afirma que os desastres devem ser entendido como mais um dos eventos produzidos pela sociedade na sua relação com o ambiente.⁵⁷

A respeito do aspecto sociocultural dos desastres, Eunice Nodari e Marcos A. Espíndola afirmam que:

Inicialmente deve-se ponderar que todos os desastres, além de construções sociais, são construções culturais, uma vez que a noção de desastre possui um viés demasiado antropocêntrico, pois é a partir da percepção humana que se define a calamidade, ou seja, em áreas livres de presença humana, as intempéries climáticas não são percebidas como catástrofes. Ambos processos, natural e antrópico, são históricos e recíprocos já que a experiência humana condicionou e foi condicionada pelas inter-relações com o meio.⁵⁸

Desse modo, na perspectiva da História Ambiental um evento só se torna um desastre quando interfere de alguma forma na sociedade. Segundo Butzke e Mattedi em termos sociológicos, a expressão desastre está relacionada a acontecimentos que alteram o modo de funcionamento rotineiro de uma sociedade.⁵⁹

⁵⁶ MENDES, Simoni. **A Construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957)**. Florianópolis, 2012. 151 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História p. 39.

⁵⁷ OLIVER-SMITH, A. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In.: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). *The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective*. London: Routledge, 1999. Apud LOPES, Alfredo Ricardo Silva. 2015, op. cit., p. 100.

⁵⁸ NODARI, Eunice S.; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina**. In: CORREA, Silvio M. de S; NODARI, Eunice S. (Orgs.). *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 165-166.

⁵⁹ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. A relação entre o social e o natural nas abordagens de Hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, n. 9, 2º semestre de 2001. p. 9.

Ao contrário do que se acreditou por muito tempo, os desastres ambientais não são causados estritamente por fatores naturais, mas são o resultado, sobretudo, do aumento da população, do desmatamento, da ocupação desordenada e do intenso processo de urbanização e industrialização. A História Ambiental fundamentam-se sobre a percepção de que todos os elementos que constituem o planeta podem interferir na organização social, e por outro lado ela analisa as consequências das ações humanas sobre a natureza. Estes dois processos são históricos e mútuos.⁶⁰ É nesse sentido que Lise Sedrez afirma que “o estudo de desastres oferece uma enorme gama de possibilidade para entender as reações entre história e natureza, visto que o que reunimos na categoria desastre são fenômenos profundamente diversos”.⁶¹

Com base nessas perspectivas abordaremos alguns acontecimentos relacionados a grandes precipitações que por sua vez, contribuíram para a elevação do nível dos principais rios que cortam a parte norte do atual Município de Palhoça. Vale ressaltar, que se alguns desses eventos trouxeram pânico aos moradores locais e provocaram uma ruptura da normalidade, em contrapartida, é muito provável que outros acontecimentos não foram considerados pelos moradores naquele momento como propriamente um desastre, ou mesmo, como uma catástrofe, posto que não alteraram consideravelmente o cotidiano da cidade.

A própria palavra “enchente”, até meados do século XX, não tinha necessariamente um aspecto negativo, essa expressão era usada corriqueiramente nos jornais para representar a elevação do nível dos rios, como podemos perceber nesta matéria publicada pelo jornal A Voz de Chapecó, em 1948:

Com as chuvas torrenciais dos últimos dias, as águas do rio Uruguai aumentaram, verificando-se a enchente que ultrapassou o desejado “ponto de balsa”. Esta expressão significa a oportunidade de descida das balsas de madeira pelo dito rio, com destino aos mercadores do Estado do Rio Grande do Sul e, de preferencia, da Republica Argentina. Os interessados, quer os maiores ou menores comerciantes de madeiras, quer os praticos da navegação, na direção das balsas, e seus auxiliares, na descida do rio, ao embate das corredeiras ou do tumultuar das aguas, nas ilhas cobertas pela inundação, estão radiantes, pela oportunidade que surge para os negocios. O ano de 1948 tem corrido propicio, as enchentes foram diversas, para compensar os periodos em que as aguas permanecem baixas.⁶²

⁶⁰ Hughes, 2009 apud LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **O Furacão Catarina: a transformação na percepção ambiental em Santa Catarina-Brasil.** In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em:

http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340200755_ARQUIVO_OFuracaoCatarina_final.pdf. Acesso em: 11 mar. 2015.

⁶¹ SEDREZ, Lise. **Desastres socioambientais, política públicas e memória** – contribuições para a história ambiental. In: CORREA, Silvio M. de S; NODARI, Eunice S. (Orgs.). Migrações e Natureza. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 193.

⁶² Enchente do Rio Uruguai, **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 07 nov. 1948. p. 2.

Assim como as “enchentes” deixavam radiantes os comerciantes de madeira do vale do rio Uruguai, visto que permitiam a descida das toras para que pudessem ser comercializadas, em Palhoça, por vezes, elas também podiam ser percebidas como acontecimentos benéficos.

Quando as águas do rio Cubatão transbordavam e cobriam boa parte de suas margens, depositavam naquele solo grande quantidade de nutrientes que contribuíam para a fertilidade do solo e portanto favoreciam a produção agrícola do então distrito de Santo Amaro, que permaneceu ao Município de Palhoça até 1958:

Santo Amaro, com suas terras fertilíssimas, de quando em vez, lavadas pelas enchentes do rio Cubatão, apresenta nos mercados de Florianópolis o feijão, o milho, a batata. Cultiva em quantidade a cana-de-açúcar, e fabrica a farinha de mandioca e de milho, e assim os distritos de Teresópolis, Santa Isabel, Anitápolis, que exportam também os mesmos produtos.⁶³

Isso nos ajuda a compreender a concepção da História Ambiental, como dito anteriormente, de que um acontecimento só pode ser considerado um desastre ambiental, a partir da percepção humana sobre ele. Da mesma forma que a natureza sofreu e continua a sofrer com as intervenções humanas, as sociedades têm sofrido com os desastres. Contudo, é importante destacar que não buscamos aqui entender um desastre ambiental como uma reação da natureza aos ataques por ela sofridos em todos esses anos, mas sim compreender de que forma as ações humanas têm intensificado as consequências de fenômenos até então tidos como, genuinamente, naturais.⁶⁴

As primeiras informações a respeito de cheias no rio Maruim e nas terras que viriam a se tornar o atual município de Palhoça, remontam ao década de 1820, quando chegaram em Santa Catarina os primeiros colonizadores alemães. Durante o mês de novembro de 1828 duas levas de imigrantes alemães chegaram a Desterro, com destino a alto vale do rio Maruim para a fundação de uma colônia. Entretanto, no final daquele mês, uma grande enchente inundou as várzeas do rio Maruim e impossibilitou a passagem dos colonos, que acabariam fundando a Colônia São Pedro de Alcântara, apenas no ano seguinte.⁶⁵

Apenas dois anos mais tarde, uma forte “lestada” em dezembro de 1830, a qual Viera da Rosa suspeitou ser um furacão, provocou estragos não só na Ilha, mas também na Freguesia

⁶³ LOPES, 1939, op. cit., p. 98.

⁶⁴ MENDES, Simoni. **A Construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957)**. Florianópolis, 2012. 151 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História p. 33

⁶⁵ GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Floriprint, 2007, p. 21.

de São José, da qual o Arraial de Palhoça fazia parte, destruindo as pontes sobre os rios Araújo e Maruim.⁶⁶ A ponte sobre o rio Maruim sofreu avarias novamente em outubro de 1852, com outro fortíssimo temporal. Nesta época a ponte ainda era de madeira e media 120 palmos de comprimento e 12 de largura, o que corresponde à aproximadamente 27 e 2,70 metros.

Em 1856, por meio de uma nota publicada no jornal o Mensageiro⁶⁷, o governo da Província procurou mostrar seus esforços na reconstrução de várias pontes, possivelmente, arruinadas por uma enchente ocorrida em 1854. Ao que indica foram reformadas quatro pontes na freguesia do Imaruhy, sendo três delas no aterro do Patoral, que ligava esta freguesia ao sul do município. Neste mesmo caminho, em direção à estrada nova para Lages, sobre o rio Aririú, temos o relato da reconstrução de uma ponte de 205 palmos de comprimento (45 metros), sobre 18 de largura (4 metros).⁶⁸

Na década seguinte as chuvas trouxeram mais estragos. Em 1869, um morador de Garopaba precisou atravessar o rio Cubatão, pois se dirigia ao município de São José, entretanto se deparou com um precipício em determinado ponto do rio, onde segundo ele existia uma ponte. Ele de fato tinha razão, mas lhe “disseram alguns moradores desse lugar, havia três anos decorridos que as águas fluviais levaram-na”.⁶⁹ Estas informações, enviadas para um jornal de Desterro pelo morador de Garopaba, indignado com as péssimas condições das estradas da Província, podem ser relacionadas com o relatório escrito pelo então presidente da Província Adolpho de Barros C. de A. Lacerda. Na parte do relatório em que o presidente descreve a Colônia de Teresópolis, que ficava a montante da tal ponte destruída no rio Cubatão, ele afirma que a colheita no ano de 1866 foi prejudicada pelas intensas chuvas que ocorreram desde novembro de 1865 até os primeiros meses do ano seguinte.⁷⁰ Em vista disso, podemos considerar que a elevação das águas do rio Cubatão foram ocasionadas pelas intensas chuvas, provocando a destruição da ponte em questão.

Anos mais tarde, em 1868, novamente intensas chuvas que caíram durante o mês de novembro na bacia desse rio “causaram bastante prejuízos à lavoura em diversas localidades e danificaram as estradas do nosso litoral”.⁷¹ Além disso, outra ponte foi arrancada pelas águas e

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Publicação a pedido, **O Mensageiro**, Desterro, 06 ago. 1856, p. 3.

⁶⁸ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo presidente João José Coutinho, em 1 de março de 1855. p. 22 Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015

⁶⁹ Maus caminhos, **O Despertador**, Desterro, 06 mar. 1869, p. 2.

⁷⁰ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867. p. 14. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁷¹ Desastres e prejuízos, **O Despertador**, Desterro, 05 dez. 1868, p. 2.

atirada para longe do seu lugar, sendo mais tarde recuperada pelo subdelegado de Santo Amaro que reuniu um grupo de moradores e conseguiu recolocá-la, apesar de estar muito arruinada.

Em 1886, uma grande inundação atingiu toda a região que mais tarde se emanciparia de São José para formar o Município de Palhoça. Todos os rios da localidade, Maruim, Passa Vinte, Aririú e Cubatão transbordaram dos seus leitos. As águas ganharam tamanha força que,

[...] todas as pontes de madeira, desde S. José até Santo Amaro desapareceram dos seus lugares, a ponto de estarem interceptadas as comunicações dos colonos com o porto onde costumam depositar os seus produtos agrícolas, além disso existem grandes atoleiros, pelos quais não podem passar cargueiros sem risco de perderem-se com as cargas.⁷²

Nas várzeas do Cubatão as plantações permaneceram embaixo d'água por algum tempo e muitos animais, ferramentas e utensílios dos agricultores foram arrastados até a foz do rio. Na tentativa de socorrer uma família que teve sua casa invadida pelas águas, três homens embarcaram em uma canoa para atravessar o rio, no entanto, como a correnteza era muito forte a embarcação virou, causando a morte de duas pessoas.⁷³ Essa é a primeira notícia na qual consta o falecimento de pessoas, ocasionado pela elevação das águas dos rios em Palhoça, pois até então os prejuízos tinham sido apenas materiais. As chuvas foram tão fortes nesta ocasião, que impossibilitaram a passagem na estrada que da Palhoça seguia para Lages, sendo necessário a construção de um desvio com pontilhões e estivas na extensão de 1.034 metros que custaram aos cofres da província 600.000 réis.⁷⁴

Em dezembro de 1888, uma nova enchente destruiu a ponte de pedra sobre o rio Passa Vinte, sendo substituída por uma nova ao custo de 2.190.000 réis. As mesmas chuvas também prejudicaram as obras na estrada de Lages, que margeava o rio Cubatão, naquela área as águas destruíram os trabalhos já terminados atrasando a reforma do trecho próximo a Colônia de Teresópolis.⁷⁵

Em 1894, como dito anteriormente, o então Distrito de Paz de Palhoça que pertencia à São José se emancipou, e seu território que estava compreendido basicamente entre os rios Maruim e Cubatão, passou a ser muito maior em extensão, (Ver Figura 05).

⁷² Parte Noticiosa, **O Despertador**, Desterro, 06 fev. 1886, p. 3.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888. p. 186. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁷⁵ Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889. p. 16. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Em 1900 ocorre o primeiro desastre do “novo” município. Na virada do mês de abril para maio, um fortíssimo temporal assolou o litoral central de Santa Catarina, causando prejuízos de mais de 15 contos de réis em Florianópolis. No interior de Palhoça, na freguesia de Santo Amaro que ficava as margens do Cubatão, “as águas subiram em alguns lugares 13 palmos dentro das casas”⁷⁶ e “muitas plantações foram levadas pelos grandes volumes d’água”.⁷⁷ Além disso, uma ponte de 27 metros que ficava na estrada de Lages, sobre um afluente do Cubatão, foi arrastada 50 metros. O trabalho de recuperação custou quase 3 contos de réis e foi concluído em janeiro do ano seguinte, sob a responsabilidade do engenheiro Frederico von Ockel.⁷⁸

Podemos constatar a recorrência das enchentes em Palhoça durante o século XIX, não apenas através das notícias dos jornais, mas também por meio dos escritos de José Vieira da Rosa, quanto este, tratando de descrever o rio Maruim, fez o seguinte comentário: “Na sua foz é atravessado o rio por uma sólida e antiga ponte de pedra, ponte que tem resistido a todas as enchentes e que, pelo seu todo grosseiro e maciço promete desafiar os séculos vindouros”.⁷⁹

Figura 06: Ponte sobre o Rio Maruim na década de 1920 vista a partir de São José



Fonte: LOPES, José Lupércio. **São José-Palhoça**: seus antigos e actuaes limites, Florianópolis: Typ. da Escola Artífices, 1926. p. 9.

⁷⁶ Temporal, **República**, Florianópolis, 03 maio 1900, p. 2.

⁷⁷ Palhoça, **República**, Florianópolis, 12 maio 1900, p. 1.

⁷⁸ Ponte do Riacho. **O Dia**, Florianópolis, 08 jan. 1901. p. 3

⁷⁹ ROSA, op. cit., p. 106.

Esta ponte foi inaugurada em 1858 e tinha a extensão de 342 palmos (77 metros) com largura de 40 palmos (9 metros) e construída sobre 16 arcos de tijolos formados em pegões de alvenaria, e se somarmos a extensão da ponte as duas rampas da cabeceira ela chega à 153 metros. Esta obra foi executada pelo mestre pedreiro Caetano e custou aos cofres públicos 11.006\$090 réis.⁸⁰ Segundo histórias que chegaram aos dias de hoje através da oralidade, e que foram escritas pelo historiador Álvaro Tolentino, o então presidente da Província João José Coutinho “se esmerara tanto nesta obra que mandara construir um rancho à margem esquerda do rio, para dali poder acompanhar melhor os serviços.”⁸¹

De fato essa ponte tornou a travessia do rio Maruim muito mais segura do que a antiga ponte de madeira, que era facilmente afetada pela enchente do rio. Assim como disse Viera da Rosa, a ponte de alvenaria resistiu as constantes enchentes por 136 anos, sucumbindo apenas na grande enchente de 1995.

As constantes enchentes provocadas pela elevação das águas do Cubatão já eram tão conhecidas no início do século XX que encontramos em um anúncio de venda de uma propriedade em 1908, a seguinte descrição:

Vende-se uma excelente situação, com mais de 80 braças de frente e quase 500 de fundos, terrenos de muito boa qualidade, tendo mais ou menos dois terços com mata virgem e o resto muito cafezal, superiores pastos e terras para outras plantações; tem muitas árvores frutíferas, faz frente à Estrada de Lages e ao Rio Cubatão. Livre de enchentes. Excelente agoada para consumo e move bem pequeno engenho para pilar café; muito boa moradia e bom ponto para negócio [...].⁸²

Podemos perceber a preocupação do proprietário, o Sr. Domingos Grosso, em destacar as boas qualidades da propriedade, a sua excelente localização à beira da Estrada de Lages, que permitia inclusive ao interessado, abrir um negócio. Todavia ao citar que o terreno também faz frente ao rio Cubatão, ele logo ressalta que é livre de enchentes. De fato, no início do século XX, o rio Cubatão era de certa forma temido, principalmente durante períodos de intensa precipitação, nos quais suas margens não podiam conter as águas e os cafezais e lavouras de cana de açúcar que o margeavam ficavam embaixo d'água.

⁸⁰ Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1859. Typ. Catharinense de G. A. M. Avelim, 1959. p. 11. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 21 abr. de 2015.

⁸¹ GERLACH; MACHADO, op. cit., p. 73

⁸² Emprego de capital. **O Dia**, Florianópolis, 02 ago. 1908, p. 7.

Como todos os rios que provém de morros ou serras, e que possuem muita declividade, este torna-se caudaloso e até perigoso quando as lestadadas, derramando nas serranias as chuvas de muitos dias, fazem transbordar esses rios que correm ao Cubatão. Então o regato brando e rumoroso, torna-se caudal que não se passa sem perigo. Na margem direita, talvez pelo fato de ficarem alagadas as terras, são poucas as habitações. Não assim a sua margem esquerda, toda cheia de casas.⁸³

Portanto, essa dinâmica de intensas chuvas na cabeceira do rio Cubatão e de seus afluentes e a conseqüente elevação de suas águas foi o que muito provavelmente provocou as enchentes nos 1866, 1868, 1886, 1888, 1900 e muitas vezes depois.

Em 1911, ocorreu em Santa Catarina a primeira grande enchente do século XX, considerada até hoje como uma das maiores da história catarinense. Naquela ocasião, grande parte do Estado foi afetada, sobretudo, a região do Vale do Itajaí, castigando severamente as cidades de Itajaí, Brusque e Blumenau. Nesta última as águas do rio Itajaí-açu chegaram aos 16,90 metros de altura.⁸⁴ A destruição provocada pela inundação foi tão grande que o desastre ganhou repercussão nacional através das publicações do jornal Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, o qual publicou entre os dias 3 de outubro e 8 de novembro, quatorze matérias, inclusive com fotografias, a respeito das inundações em Santa Catarina.⁸⁵

Diante dos imensos prejuízos e danos, o Governo do Estado criou Comissões de Socorro para tentar atender as vítimas das enchentes o mais rápido possível. Essas comissões ficaram sob a responsabilidade de pessoas consideradas distintas do município, como médicos, oficiais do exército e membros eclesiásticos. Os recursos, portanto, eram destinados a estes grupos de pessoas, as quais definiam como empregar o dinheiro para a recuperação da cidade. Além da Comissão Central, presidida pelo governador Vidal Ramos da Silva, foram organizadas outras 12 comissões nas cidades mais afetadas, foram elas: Blumenau, Itajaí, Brusque, Joinville, Paraty (atual Araquari), Tijucas, Lages, Biguaçu, Curitibanos, Canoinhas, Campos Novos e Palhoça.⁸⁶

⁸³ ROSA, op. cit., p. 107.

⁸⁴ MENDES, Simoni; ESPÍNDOLA, Marcos A; NODARI, Eunice S. O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8. p. 203, 2014. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4133801/revista_agrcj_oito.pdf. Acesso em: 15 jan. 2015.

⁸⁵ Para maiores detalhes a respeito das enchentes no Vale do Itajaí ver: ESPÍNDOLA, Marcos A; NODARI, Eunice S. Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul – SC, Brasil. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 9-34, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/21757976.2013v20n30p9/27829>. Acesso em: 15 jan. 2015.

⁸⁶ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos. p. 17-19. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

A Comissão de Socorro de Palhoça ficou sob a presidência do Major José H. da Costa, que foi auxiliado pelo também Major, Vicente Silveira e pelo Doutor Pedro Alexandrino Pereira de Mello. Foram estes três os responsáveis por utilizarem os recursos enviados pela Comissão Central, cerca de 1.250.000 mil-réis, na recuperação do município. Essas são as únicas informações, as quais tivemos acesso sobre a enchente de 1911 em Palhoça, isso porque, nos jornais catarinenses a atenção estava voltada para o Vale do Itajaí, visto que essa região era mais importante política e economicamente, e havia sido mais atingida.

Ainda nessa mesma década, mais precisamente em 26 de janeiro de 1917, as águas do rio Maruim saíram do seu leito próximo das 17 horas, aterrorizando os moradores da localidade, como podemos perceber neste trecho transcrito do jornal *A Comarca*:

O murmúrio das negras águas e a forte correnteza que trazia, parecia tudo levar de vencida contra a ponte, - aquela obra solida construída há tantos anos, que ia vencendo o forte impulso das águas da chuva, por sua vez contra a alta maré que veio ainda mais concorrer para tudo encher, invadindo as pequenas moradias dos pobres que residem pelo “Casqueiro” e Areais. O pedido de socorro por meio de buzinas, tiros e gritos constantemente se ouviam. Tanto do lado deste município como no do de S. José [...].⁸⁷

Através deste trecho, observa-se que, além das intensas chuvas de verão que elevaram as águas do rio Maruim, a maré alta dificultou consideravelmente a vazão do rio, tornando a inundação ainda maior. O trecho da estrada principal, que ligava esta localidade à sede de Palhoça, chamado de Patorial, possuía uma distância de um quilômetro e ficou quase completamente submerso, ligando-se com o mar. Essa parte da estrada já havia sido aterrada em meados do século XIX e em 1888 também havia recebido outra obra deste tipo, visto que “com as grandes marés fica esta parte da estrada completamente inundada”.⁸⁸

As águas formaram uma forte correnteza que ia em direção à sede, onde “via-se o mesmo aspecto de terror, as pequenas casinhas cheias d’água, os moradores contristados, acautelados para a primeira eventualidade tendo muitos já perdido grande número de animais ovelhum, aves e etc.”.⁸⁹ A correnteza era tão forte que levou praticamente tudo por onde passou: bois, porcos, aves, depósito de mantimentos, bueiros e pontes foram arrastadas. Além disso, as

⁸⁷ A lestadá, *A Comarca*, Palhoça, 28 jan. 1917, p. 2.

⁸⁸ Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889. p. 16. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁸⁹ Idem.

estradas ficaram intransitáveis, impossibilitando o tráfego dos carros que faziam as viagens de Palhoça ao bairro do Estreito, adjacente à ilha de Florianópolis na parte continental.⁹⁰

Assim como o Maruim, o rio Cubatão também transbordou, destruindo diversas pontes de madeira, pontilhões e bueiros, o que exigiu do Governo do Estado, além da verba mensal destinada à manutenção da Estrada de Lages, uma verba extra para tais estragos. E também para o aterro do leito da estrada e a abertura de valas laterais, do quilômetro 0 ao 10⁹¹, compreendidos no Município de Palhoça e do quilômetro 48 até Lages. Assim como na enchente de 1886, na qual morreram duas pessoas afogadas, segundo informações enviadas para o jornal A Comarca, João da Charqueada como era conhecido, foi atender a pedidos de socorro e acabou se afogando no rio Cubatão.

De 1917 até os anos de 1950 ocorreram outras pequenas enchentes e alagamentos em Palhoça, mas como apresentaram uma menor força destrutiva e afetaram menos pessoas do que os desastres ocorridos no mesmo período, principalmente no Vale do Itajaí, não ganharam tanto espaço nas páginas dos jornais catarinenses. A exceção foi a enchente de 1928, na qual a estrada em direção a Lages ficou completamente inundada pelas águas do Cubatão, na altura de Teresópolis, isolando o interior do município.⁹²

Como aponta Simone Mendes de Paula, em sua dissertação de mestrado, para fazermos uma História Ambiental dos desastres, não devemos apenas considerar o evento isoladamente, pois isso sugere que o desastre tenha sido provocado exclusivamente pela ação da natureza. Por isso é importante analisar o sistema social da comunidade afetada em um longo espaço de tempo, para compreendermos melhor toda a dinâmica do desastre.⁹³

No caso de Palhoça, assim como de outras cidades, o processo de ocupação de terrenos baixos, próximos dos manguezais e rios, naturalmente inundados durante os períodos chuvosos e/ou de alta maré, foi determinante para as ocorrências das enchentes descritas acima e também para as que aconteceram décadas mais tarde.

A partir da década de 1970, Palhoça sofreu uma rápida expansão das áreas urbanizadas, promovida pela conclusão das obras do trecho sul da BR-101. O eixo formado pela rodovia federal favoreceu a urbanização tanto à leste em direção aos manguezais como à oeste nas áreas tradicionalmente rurais. O grau de urbanização que era de 12,11% em 1960, passou para

⁹⁰Grande temporal. **O Dia**, Florianópolis, 27 jan. 1917, p. 1.

⁹¹ Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. p. 57. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

⁹² Os grandes temporaes reinantes. **República**, Florianópolis, 14 ago. 1928, ano II, n. 565, p. 2.

⁹³ MENDES, op. cit. p. 47.

96,14% em 1991, e a população cresceu mais de cinco vezes nesse período.⁹⁴ Esse acelerado processo de urbanização desordenada trouxe consigo, diversos problemas relacionados à degradação ambiental, que com o passar dos anos contribuíram para tornarem as enchentes cada vez mais destrutivas.

⁹⁴ VILLAVERDE; POMPEO, op. cit., p. 34.

CAPÍTULO II - A RECORRÊNCIA DAS ENCHENTES EM PALHOÇA

2.1 O CRESCIMENTO URBANO E A INTENSIFICAÇÃO DAS ENCHENTES

Quando se emancipou de São José, em 1894, o Município de Palhoça possuía uma área territorial de 3180 Km², muito superior à sua extensão atual de 395 Km². Essa drástica redução na área total aconteceu depois de uma série de emancipações de seus antigos distritos, que ocorreram das décadas de 1920 à 1960, dando origem aos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Garopaba, Paulo Lopes, Rancho Queimado e São Bonifácio.⁹⁵

Segundo Claudir Silveira, este desmembramento ocorreu, porque neste período Palhoça encontrava-se enfraquecida econômica e politicamente, visto que a construção da ponte Hercílio Luz em 1926 afetou consideravelmente as empresas de transporte marítimo e por consequência as casas de comércio que vendiam os produtos agrícolas para Florianópolis. Grande parte das mercadorias do interior do Estado que eram negociadas ou embarcadas em Palhoça, passaram a ser transportadas diretamente à Capital por carroças e posteriormente por automóveis.⁹⁶

Apesar da gradativa substituição do transporte marítimo pelo rodoviário, Palhoça, por estar localizada entre a Serra Catarinense e Florianópolis, manteve até a década de 1960 um grande número de intermediários, que trocaram os barcos pelos carros de transporte. Dessa forma, mesmo com o processo de industrialização e urbanização brasileira e catarinense após a década de 1930, o modelo colônia-venda persistiu não só em Palhoça, mas também nos demais municípios dessa região.⁹⁷

As décadas de 1950 e 1960 foram de grandes transformações a nível federal e estadual em relação às estruturas urbanas e econômicas. Neste período a principal preocupação do governo estadual era com a modernização de sua capital, que havia sido superada pela pujante economia industrial do Vale do Itajaí. Nesse sentido, foram feitos grandes investimentos na infraestrutura e na prestação de serviços públicos que intensificaram o processo de urbanização. Essa expansão urbana de Florianópolis repercutiu primeiramente em São José, e posteriormente em Palhoça.⁹⁸

⁹⁵ SILVEIRA, op. cit., p. 10.

⁹⁶ Ibidem, p. 11.

⁹⁷ SOUZA, Geraldo Aldair. **A inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis**: sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho. 196 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011. p. 63.

⁹⁸ Ibidem, p. 67-68.

Entre as ações diretas do governo do Estado sobre o território municipal, Geraldo Aldair Souza em sua dissertação, aponta para a conclusão da BR-101 em 1971, que permitiu uma maior integração com a Capital e um melhoramento do sistema de transporte, e também a implementação de conjuntos habitacionais coordenados pela Companhia de Habitação (COHAB) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).⁹⁹ Além disso, a construção da ponte Colombo Machado Salles em 1975 estimulou a compra de terrenos entre Florianópolis e a BR-101, fazendo com que muitas pessoas adquirissem residências em São José e Palhoça.¹⁰⁰

Como consequência dessas medidas do Governo estadual que acabaram promovendo a expansão urbana de Florianópolis em direção aos municípios vizinhos, Palhoça passou a receber um intenso fluxo migratório. Esses novos moradores se instalaram principalmente nas margens da BR-101 o que promoveu uma rápida expansão da área urbanizada tanto no sentido oeste como também em direção ao sul.¹⁰¹

Podemos perceber de forma mais clara essa nova dinâmica populacional em Palhoça através dos dados da seguinte tabela:

Tabela 01: Evolução da população de Palhoça de 1970 a 1996.

| Ano | Pop. Total | Nº. de imigrantes | População Urbana | População Rural | Taxas de urbanização |
|------|------------|-------------------|------------------|-----------------|----------------------|
| 1970 | 20.652 | 2.252 | 6.397 | 14.255 | 31,0% |
| 1980 | 38.031 | 5.966 | 35.089 | 2.942 | 92,2% |
| 1991 | 68.298 | 30.352 | 65.848 | 2.450 | 96,4% |
| 1996 | 84.003 | 38.264 | 81.176 | 2.827 | 96,6% |

Fonte: SOUZA, op. cit., p. 72

Analisando os dados da Tabela 01, é possível notar que em apenas 10 anos a população do Município praticamente dobrou. De pouco mais de 20.000 habitantes em 1970, chegou a 38.031 na década seguinte. Além disso, neste mesmo período ocorreu uma inversão em termos de população rural e urbana em Palhoça. Enquanto a população urbana pulou de 6.397 para

⁹⁹ Ibidem, p. 163.

¹⁰⁰ PELUSO JÚNIOR, Vitor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**, Florianópolis: UFSC, 1991. p. 330.

¹⁰¹ SOUZA, op. cit., p. 74.

35.089 pessoas, a rural caiu de 14.225 para apenas 2.942, levando o município a atingir uma taxa de urbanização superior a 90%.

Se observarmos os dados referentes a 1991, constataremos a relevância da migração para o crescimento populacional. Naquele ano a população total era de aproximadamente 68.000 habitantes, destes, mais de 30.000 eram imigrantes, ou seja, aproximadamente 44% da população não era natural de Palhoça.

Como vimos, no decorrer dos anos 1970 e início dos anos 1980, é possível perceber a presença do Estado, seja a nível estadual ou federal, atuando na região metropolitana de Florianópolis e mesmo no próprio município de Palhoça. Entretanto a partir do final da década de 1980 os grandes investimentos em infraestrutura e habitação foram encerrados devido à conjuntura política e econômica nacional desfavorável. Mesmo sem a construção de conjuntos habitacionais realizados pelo BNH a população de Palhoça continuou crescendo acima da média catarinense, impulsionada principalmente pela migração de pessoas de diversas regiões, geralmente de baixa renda, dando origem a loteamentos clandestinos e aglomerados urbanos sem qualquer infraestrutura e, muitas vezes, sujeitos a inundações, como os bairros Brejarú e Frei Damião.¹⁰² Só nos anos de 1980, por exemplo, foram criados 87 loteamentos regulares e mais 122 irregulares no Município.¹⁰³

Esse rápido crescimento populacional por meio da migração, proporcionada principalmente pelo desenvolvimento estrutural de Florianópolis, trouxe consigo um alto grau de urbanização como pudemos perceber através da Tabela 01. Todavia, no decorrer desse processo surgiram vários problemas relacionados ao transporte, educação, saúde e lazer, além é claro, do comprometimento da qualidade ambiental.¹⁰⁴

Não só em Palhoça, mas também em outros municípios brasileiros, essa expansão urbana ocorreu de maneira desorganizada e sem infraestrutura, o que gerou degradações ambientais tais como: o desmatamento de encostas, a impermeabilização do solo, a retificação de canais, a supressão da mata ciliar, o aterro em áreas de mangues e banhados, entre outras ações humanas, que propiciaram e/ou intensificaram a ocorrência de desastres ambientais.¹⁰⁵

¹⁰² SOUZA, op. cit., p. 90.

¹⁰³ VILLAVERDE; POMPEO, op. cit., p. 64

¹⁰⁴ Ibidem, p. 63

¹⁰⁵ CARDOZO, Francielle da Silva. **Análise das áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos na bacia do Rio Forquilhas, São José/SC.** 226 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009. p. 20.

No que se refere às enchentes, Herrmann afirma que esses eventos se intensificam através dos desmatamentos, da agricultura e da pecuária nas encostas dos morros e nas margens de rios. Segundo ela:

[...] essas práticas impedem a infiltração das águas no subsolo fazendo com que escoem diretamente para os rios, ocasionando perdas de solo e aumento da vazão dos mesmos. As instalações urbanas também acentuam a gravidade das inundações, como loteamentos residenciais e sistemas viários instalados nas planícies aluviais sujeitas às inundações, bem como as obras de engenharia (canalizações e retificações de canais, comportas e barragens) que interferem no ciclo hidrológico. A situação ainda se agrava quando essas obras são mal estruturadas e dimensionadas, e quando ocorre o rompimento de barragens e o acúmulo de lixo e entulhos nos canais fluviais, acentuando o transbordamento.¹⁰⁶

A interferência humana no meio ambiente através de obras de engenharia, em alguns casos, pode ser especialmente danosa, sobretudo quando não se leva em conta as questões ambientais. Para tratar a respeito deste assunto podemos tomar como exemplo o que ocorreu com o rio que faz a divisa entre os municípios de São José e Palhoça, o Maruim.

No Capítulo I, constatamos que desde o século XIX, por vezes os terrenos que margeavam o rio eram invadidos pelas águas, geralmente na estação mais chuvosa, o verão, e isso continuou a ocorrer nas primeiras décadas do século XX. Durante a década de 1960, quando São José passava pelo seu processo de expansão urbana, pareceu interessante ao poder público retilinizar e canalizar parte do rio Maruim e seus afluentes, o ribeirão Forquilhas à esquerda e o rio dos Pombos à direita. Em seus baixos cursos estes rios possuíam vários meandros, ou seja, apresentavam curvas acentuadas em seus leitos, ocupando grandes áreas planas.

A obra de retificação foi executada pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e tinha dois importantes objetivos: abrir novos terrenos para a expansão urbana de São José e diminuir as frequentes enchentes que assolavam os moradores daqueles locais.¹⁰⁷

O primeiro objetivo se concretizou, pois com a retificação, “surgiram” grandes terrenos planos anteriormente ocupados pelo rio e que se tornaram parte dos distritos industriais de São José e Palhoça na década de 1970. Entretanto, a diminuição dos impactos causados pelas

¹⁰⁶ HERRMANN, M. L. P. (Org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005, p. 69.

¹⁰⁷ FERREIRA; LAGO; HERRMANN, op. cit., p. 124.

enchentes do rio Maruim não aconteceu, pelo contrário, tal obra apenas potencializou estes desastres:

As obras de retificação e mudanças nos traçados dos canais fluviais provocaram alterações na dinâmica fluvial, em decorrência do aumento do gradiente do perfil longitudinal e, conseqüentemente, da retomada erosiva. Esta última ocorre devido ao aprofundamento e alargamento do talvegue, ao aumento da abrasão nas terras adjacentes e sedimentação na área a jusante, com assoreamento de barras. A aceleração erosiva provocou assoreamento na desembocadura dos tributários, acumulando uma grande quantidade de sedimentos e entulhos a jusante, obstruindo o fluxo do canal fluvial.¹⁰⁸

Portanto, a mudança da dinâmica fluvial e do sistema natural de drenagem, aumentou consideravelmente a velocidade de escoamento, que por sua vez provocou a erosão das margens e o assoreamento do leito do rio, tornando os alagamentos ainda maiores, ou seja, passando a atingir áreas que geralmente não sofriam com as inundações.

Para Campos, Herrmann e Mendonça as obras de retificação e canalização foram realizadas sem terem sido estabelecidas correlações de larguras, comprimentos, débitos e taxas de erosão, sobretudo para períodos de chuvas excepcionais. Isso demonstra, segundo eles, que embora em alguns casos as enchentes sejam resultados de processos intempéricos, as atividades humanas como agricultura, silvicultura, pastoreio, construção de estradas e edifícios, retificações de canais entre outras, sem técnicas adequadas, interferem no dinamismo do ambiente natural, propiciando a aceleração de processos de degradação que causam danos aos seres humanos e ao ambiente em que vivem.¹⁰⁹

Da década de 1950 até o início do século XXI ocorrem inúmeras enchentes em Palhoça, algumas delas não provocaram impactos significativos, enquanto outras exigiram da municipalidade grandes esforços para a reconstrução dos estragos.

Podemos reconhecer esses eventos mais severos, através das decretações de Situação de Emergência, de Estado de Calamidade Pública, dos Relatórios de Danos e também das notícias publicadas nos jornais. Por meio dessa documentação foi possível produzir a Tabela 02:

¹⁰⁸ CAMPOS, Nazareno José de; HERRMANN, M. Lúcia. de Paula; MENDONÇA, Magaly. São José-SC: avaliação das enchentes e deslizamentos ocorridos em novembro de 1991 e fevereiro de 1994. **Revista Geosul**, v. 8, n. 16, 2º semestre, 1993. p. 46-78. p. 59.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 68.

Tabela 02: Enchentes ocorridas em Palhoça de 1959 a 2011

| Ano | Quantidade de eventos | Estação/Mês¹¹⁰ | Decretação de SE e ECP¹¹¹ |
|------------|------------------------------|----------------------------------|---|
| 1959 | 1 | Inverno/Setembro | Período pré Defesa Civil - SC |
| 1961 | 1 | Primavera/Novembro | Período pré Defesa Civil - SC |
| 1965 | 1 | Inverno/Setembro | Período pré Defesa Civil - SC |
| 1977 | 1 | Verão/Fevereiro | - |
| 1979 | 1 | Verão/Fevereiro | - |
| 1983 | 1 | Inverno/Julho | ECP |
| 1984 | 1 | Inverno/Agosto | SE |
| 1987 | 1 | Primavera | - |
| 1988 | 1 | Outono | - |
| 1989 | 1 | Inverno/Setembro | SE |
| 1990 | 1 | Verão/Janeiro | SE |
| 1991 | 1 | Primavera/Novembro | ECP |
| 1992 | 1 | Verão/Janeiro | ECP |
| 1993 | 1 | Verão/Março | SE |
| 1994 | 1 | Verão/Fevereiro | SE |
| 1995 | 2 | Verão/Janeiro | SE |
| | | Primavera/Dezembro | ECP |
| 1996 | 1 | Verão/Março | SE |
| 1997 | 1 | Verão/Janeiro | SE |
| 1998 | 1 | Primavera/Dezembro | Nada foi decretado |
| 2001 | 2 | Verão/Fevereiro | SE |
| | | Primavera/Outubro | SE |
| 2005 | 1 | Verão/Fevereiro | SE |
| 2008 | 2 | Verão/Janeiro | SE |
| | | Primavera/Novembro | SE |
| 2010 | 2 | Verão/Fevereiro | SE |
| | | Verão/Março | SE |
| 2011 | 2 | Verão/Janeiro | SE |
| | | Inverno/Setembro | SE |

Elaborado pelo autor a partir das seguintes fontes: Decretos de SE, de ECP e formulários de Avaliação de Danos. Disponíveis no Acervo do Arquivo Público de Santa Catarina (APESC) e nos sites da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e da Defesa Civil de Santa Catarina. Disponíveis em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/s2id> e <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/defesa-civil-em-sc.html>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹¹⁰ Dividimos os meses em estações do ano da seguinte maneira: Verão (janeiro, fevereiro e março); Outono (abril, maio e junho); Inverno (julho, agosto e setembro); Primavera (outubro, novembro e dezembro). Conforme: HERRMANN, op. cit., p. 11.

¹¹¹ Esta coluna da Tabela 02 tem como objetivo mostrar em quais eventos o município de Palhoça decretou Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP). Esses documentos começaram a ser utilizados em Santa Catarina a partir da criação da Defesa Civil Estadual, em 1973, pelo então governador Colombo Machado Salles. As células marcadas com o traço correspondem aos anos em que não foram localizados esse tipo de documentação a respeito de Palhoça, o que não significa que os decretos não tenham sido feitos. Fonte: GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Defesa Civil**. Histórico. Disponível em: <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/defesa-civil-em-sc.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

Analisando os dados da Tabela 02, que abrange um período de pouco mais de cinquenta anos, verificamos que ocorreram vinte e nove enchentes significativas, sendo que por cinco vezes ocorreram duas enchentes no mesmo ano, 1995, 2001, 2008, 2010 e 2011. Desse total, pouco mais da metade das inundações, para ser mais exato quinze delas, ocorreram no verão. Outras sete aconteceram na primavera, seis no inverno e apenas uma no outono. Os meses que mais registraram ocorrências foram janeiro e fevereiro com seis enchentes cada um.

Como pode ser observado na tabela, a década de 1990 foi bastante dolorosa para os moradores de Palhoça, sendo que somente no ano de 1999 não ocorreu inundação, mas como em 1995 foram duas, a média para essa década foi de uma enchente por ano. Isso, sem dúvida, coloca este período como um dos mais significativos para os estudos das enchentes no município.

Se compararmos a Tabela 02 com as médias de precipitação mensal da Tabela 03, veremos que durante o verão, estação na qual ocorreram mais enchentes, a quantidade de chuvas chega aos 615 mm, enquanto no outono e no inverno as médias caem respectivamente para 337mm e 360mm. Portanto, durante os meses de janeiro, fevereiro e março, chove aproximadamente um terço do acumulado do ano inteiro que é de 1815mm. Os meses de janeiro e fevereiro, recordistas em ocorrência de enchentes no período de 1959 a 2011, são os meses que também registram a maior quantidade de precipitação em média, respectivamente 229 mm e 198 mm.

Tabela 03: Dados climáticos de Palhoça

| Meses | Precipitação mensal total (mm) | Dias com chuva |
|-------------------------|---------------------------------------|-----------------------|
| Janeiro | 229 | 19 |
| Fevereiro | 198 | 16 |
| Março | 188 | 16 |
| Abril | 138 | 12 |
| Maiο | 144 | 10 |
| Junho | 55 | 9 |
| Julho | 84 | 11 |
| Agosto | 109 | 9 |
| Setembro | 167 | 13 |
| Outubro | 147 | 16 |
| Novembro | 179 | 15 |
| Dezembro | 177 | 17 |
| Acumulado do ano | 1815 | 163 |

Observação: Esses dados se referem a média dos últimos 10 anos.

Elaborado pelo autor a partir da seguinte fonte: Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Disponível em: http://www.rio2016.com/pregamestraining/sites/default/files/palhoca_pt_0.pdf Acesso em: 18 mar. 2015.

Após o processo de expansão urbana da década de 1970 e 1980 e o enorme crescimento populacional de Palhoça, mais do que a própria frequência, o impacto das inundações parece ter aumentado consideravelmente em relação às enchentes ocorridas no início do século XX. É claro que devemos levar em consideração que as inundações mais recentes, receberam atenção bem maior por parte da mídia, produzindo desta forma uma quantidade de fontes para pesquisa muito superior àquelas ocorridas a 70 ou 80 anos atrás.

Entretanto, respeitando esse fato, através de uma rápida comparação entre a enchente de 1917, descrita no primeiro capítulo, e a de 1991, podemos levantar alguns aspectos que nos levam a esta reflexão.

Pelas notícias de jornais da época, durante a inundação de 1917 as localidades mais atingidas foram Casqueiro, Areias, distrito Sede, Barra do Aririú e o distrito de Santo Amaro. Todos esses núcleos ficavam as margens de algum dos principais rios de Palhoça, e com exceção de Santo Amaro, que fica no interior, todas as demais estavam localizadas bem próximas ao mar. Porém, mesmo numa situação hipotética, na qual todo o Município – lembrando que naquela época ele tinha uma área muito superior à atual – ficasse embaixo d'água, o número de casas atingidas não passaria de 5.051, e o de pessoas afetadas poderia chegar aproximadamente 28.230, pois estes eram os totais de residências e habitantes registrados pelo recenseamento de 1920.¹¹² Mas, se considerarmos apenas os distritos que continuaram compondo o Município após as emancipações, esses números caem para 1776 casas e pouco mais de 9.000 habitantes.

Já em 1991, além dos bairros Centro (antigo distrito Sede), Ponte do Imaruim (que engloba as antigas comunidades do Casqueiro e Areias) e a Barra do Aririú, muitos outros bairros foram afetados como: Jardim Eldorado, Jardim Eucaliptus, Brejarú, Passa Vinte, Caminho Novo, São Sebastião, Bela Vista, Pachecos, Aririú, Guarda do Cubatão, Enseada do Brito, Pinheira, Guarda do Embaú, Praia de Fora, Pontal, Massiambú, Morretes e Fazenda Sertão do Campo. Muitos desses bairros ficam a oeste da BR-101 e cresceram ou mesmo surgiram, a partir dos loteamentos financiados pela COHAB e pelo BNH, durante as décadas de 1970 e 1980. Além disso, durante esta enchente cerca de 15.000 residências foram atingidas, sendo 6.000 delas danificadas e 108 completamente destruídas, deixando 3.000 pessoas desalojadas e 3.045 desabrigadas.¹¹³ Somando todos os danos causados na área social, na

¹¹² Mapa do recenseamento do município da Palhoça em 1920. **República**, Florianópolis, 5 abr. 1921, p. 4.

¹¹³ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 17 nov. 1991, p. 2. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

indústria e comércio, na agricultura, na pecuária, nas edificações públicas e no sistema viário, os prejuízos ultrapassaram 6 bilhões de cruzeiros.¹¹⁴

A respeito da enchente de 1991 que atingiu não apenas Palhoça, mas também São José, Biguaçu e Florianópolis, Campos, Herrmann e Mendonça afirmam que:

Sabe-se, por informações obtidas de moradores antigos da região; que nos diversos bairros da Grande Florianópolis pertencentes aos municípios de Biguaçu, São José e Palhoça, no continente, e mesmo Florianópolis, sempre houve enchentes, porém, sem a intensidade de destruição como dessas que agora ocorrem. Vale lembrar que as áreas atingidas eram pouco povoadas, muitas cobertas por matas ou ocupadas por atividades rurais, fazendo com que os prejuízos maiores fossem apenas com a perda da produção agrícola.¹¹⁵

Através disso podemos atestar a dimensão sociocultural dos desastres e perceber que os impactos que estes eventos provocam na sociedade não dependem apenas da intensidade de fenômenos naturais, mas principalmente das ações praticadas por esta sociedade antes mesmo da incidência de uma intensa precipitação pluviométrica.¹¹⁶ Dessa maneira, podemos considerar a expansão da ocupação humana e da urbanização de Palhoça nas décadas de 1970 e 1980, como fatores responsáveis pelo aumento da probabilidade de fenômenos naturais causarem um desastre ambiental, sendo portanto determinantes para a intensificação dos impactos provocados pelas inundações mais recentes.

Por esse motivo, em sua dissertação Simone Mendes alerta para o fato de como é importante analisarmos de que maneira determinada sociedade se organiza ao longo de sua história tendo em vista de que forma essa organização pode ocasionar um desastre ambiental quando o evento se apresenta.¹¹⁷

Diante dessa recorrência de enchentes em Palhoça, seria inviável abordarmos, ainda neste trabalho, todas elas. Por esse motivo, optamos por analisar os desastres de 1995, com o objetivo de compreendermos um pouco melhor a dinâmica desses eventos mais recentes. A opção por essas inundações, sobretudo a que ocorreu em dezembro, se justifica por esta ser considerada pelos moradores e também pela Defesa Civil municipal como a maior enchente de Palhoça, tornando-se um marco na história do município.

¹¹⁴ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 17 nov. 1991, p. 19. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹¹⁵ CAMPOS; HERRMANN; MENDONÇA, op. cit., p. 47.

¹¹⁶ MENDES, op. cit., p. 45.

¹¹⁷ MENDES, op. cit., p. 47.

2.2 A “MAIOR CHUVA DO SÉCULO”: A GRANDE ENCHENTE DE DEZEMBRO DE 1995

Durante o ano de 1995 praticamente todo o estado de Santa Catarina sofreu com as adversidades atmosféricas. Durante os meses do verão e da primavera¹¹⁸ - sobretudo em janeiro e dezembro - ocorreram enchentes, deslizamentos e vendavais nas mesorregiões Sul Catarinense¹¹⁹, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis. Contudo, durante o inverno e parte da primavera as chuvas ficaram muito abaixo da média, provocando uma severa estiagem que se estendeu até dezembro na maior parte do Estado e até o início do ano seguinte no Oeste Catarinense.¹²⁰

Em 20 de janeiro de 1995, o vice-prefeito João Santos, precisou decretar Situação de Emergência em Palhoça devido aos estragos causados pelas persistentes chuvas que caíram na região. Segundo os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), na região de Florianópolis em dezembro de 1994 e em janeiro de 1995, choveu respectivamente 231,3 mm e 367,6 mm¹²¹, bem acima do esperado para ambos os meses em Palhoça, (Ver Tabela 03).

A enxurrada comprometeu ruas, estradas e avenidas da malha viária municipal, além do rompimento de bueiros, da destruição de pontilhões e galerias pluviais principalmente no Centro da cidade, em toda a Zona Balneária e nos bairros Jardim Eldorado, Brejarú, Aquários, Ponte do Imaruim, Jardim Eucalyptus, Passa Vinte, Bela Vista, Aririú, Furadinho, São Sebastião, Caminho Novo e Barra do Aririú.¹²² No Relatório de Danos, enviado à Diretoria Estadual de Defesa Civil de Santa Catarina, não constam detalhes a respeito do número de pessoas e residências atingidas pela enchente, tão pouco os prejuízos dos setores econômicos como agricultura, comércio e indústria que muito possivelmente também foram afetados, a única informação a este respeito é de que 40% do município foi afetado de alguma forma pela

¹¹⁸ Ver nota número 105.

¹¹⁹ A respeito dos desastres ambientais na mesorregião Sul Catarinense ver LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

¹²⁰ HERRMANN, op. cit., p. 13.

¹²¹ Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa. **Instituto Nacional de Meteorologia**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 14 maio 2015.

¹²² PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Decreto Municipal nº 294/95**. Declaração de Situação de Emergência. 20 jan. 1995. p. 1. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

inundação.¹²³ Outros dados do relatório também não foram completados como os que dizem respeito aos danos ambientais e o comprometimento dos serviços essenciais.

Até o dia 25 de janeiro a Prefeitura Municipal já havia gasto o valor de 30 mil reais com o desentupimento de bueiros, abertura de valas e com a recuperação parcial dos locais mais alagados. Nesse mesmo dia enviou o Relatório de Danos, por meio do qual solicitou o auxílio de 100 mil reais; o envio de máquinas, caçambas, dragas, veículos; e o apoio do Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER)¹²⁴ para a recuperação imediata dos locais atingidos.¹²⁵

Apesar dos consideráveis danos, esse não foi o desastre mais severo que atingiu Palhoça em 1995. No final do mesmo ano uma estiagem de aproximadamente sessenta dias que assolou praticamente todo o Estado, e começou a comprometer o fornecimento de água no Município, foi interrompida por uma enorme quantidade de chuva nunca antes registrada em um único mês em Santa Catarina.

Como foi mencionado no início desse subcapítulo, durante toda o inverno e parte da primavera a quantidade de chuvas havia ficado muito abaixo da média, o que contribuiu para a ocorrência de uma severa estiagem. Segundo os técnicos do INMET a estiagem estava associada ao chamado fenômeno La Niña.¹²⁶ Este fenômeno denominado El Niño - Oscilação Sul (ENOS), apresenta-se em duas fases opostas, conhecidas como El Niño e La Niña, que são caracterizados por anomalias de temperatura da superfície do mar, ocorridas na região Equatorial do Oceano Pacífico. Os estudos efetuados com relação à influência do ENOS para a América do Sul, Região Sul do Brasil e para Santa Catarina indicam, de uma forma geral, que em situação de El Niño (aquecimento das águas do oceano) há tendência de ocorrência de chuvas acima da média nestas regiões. De forma oposta, os estudos relacionados com a fase fria do Pacífico equatorial e/ou eventos de La Niña, indicam uma tendência de queda no volume de precipitação no Sul do Brasil.¹²⁷

¹²³ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 25 jan. 1995. p. 5. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁴ Em 2003 o Departamento de Estradas de Rodagem de Santa Catarina (DER) se fundiu com o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas (DEOH) criando o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA). Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **DEINFRA**. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br/jsp/institucional/deinfra.jsp>. Acesso em: 14 maio 2015.

¹²⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 25 jan. 1995. p. 5. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

¹²⁶ Fenômeno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 de dez. 1995. p. 18.

¹²⁷ SACCO, Francine G. **Configurações atmosféricas em eventos de estiagem de 2001 a 2006 na mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. p. 42

Em dezembro, no Oeste Catarinense¹²⁸ a produção agrícola já estava completamente prejudicada, assim como nas regiões Sul e Serrana. No Vale do Itajaí e na Grande Florianópolis a principal preocupação era com o abastecimento das indústrias e para o consumo doméstico. Diante dessa situação, a Companhia de Águas e Saneamento (CASAN) optou pela aplicação de um sistema de racionamento, iniciado no dia 22 de dezembro, com o corte no fornecimento de água para Florianópolis, São José e Palhoça.¹²⁹ Para termos uma noção de como a situação estava crítica na Grande Florianópolis, nos 22 primeiros dias de dezembro de 1995, choveu apenas 4,2 mm, muito abaixo dos 83,6 mm registrados no mesmo período do ano anterior.¹³⁰

Contudo, o racionamento não durou muito tempo, no dia 23 voltou a chover, interrompendo uma sequência de 9 dias completamente secos, o que animou os moradores da região que não queriam passar o Natal sem água nas torneiras. Mas, o que era motivo de alívio virou preocupação e desespero. Na véspera de Natal, dia 24, a precipitação atingiu 165,8 mm e no dia seguinte mais 206,6 mm de chuva provocaram destruição e mortes. Nos dias que se seguiram ao feriado cristão, 26, 27 e 28, as chuvas diminuíram de intensidade e só voltou a chover forte no dia 29, marcando 115,2 mm de precipitação. O total acumulado, que até o dia 22 era de apenas 4,2 mm, chegou ao final do mês aos inacreditáveis 563,2 mm, superando os números históricos de 1983 quando durante o mês julho a precipitação na região de Florianópolis totalizou 513,6 mm.¹³¹ Por esse motivo, o Jornal Diário Catarinense considerou esse evento como “a maior chuva do século”.¹³²

Diferentemente do que ocorreu em 1983, não foi o El Niño o responsável pela enorme quantidade de chuvas, já que em 1995 o fenômeno que estava atuando era o La Niña que provocou na região Sul do Brasil a redução nas precipitações. Portanto, foram outros fenômenos que provocaram as intensas chuvas em Santa Catarina:

Tal situação foi produzida pela entrada de um sistema frontal transiente, ou seja, uma sucessão de várias frentes, e no contato entre essas massas de ar contíguas e diferentes surgem diferenças de temperatura e umidade. O processo desencadeou fenômenos de frontogênese, que é quando o contraste de temperatura aumenta e existe desenvolvimento e/ou intensificação do

¹²⁸ A respeito das estiagens no Oeste Catarinense ver NODARI, E. S; ESPÍNDOLA, M. A. **Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina**. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza; NODARI, Eunice Sueli. (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

¹²⁹ Casan começa a cortar o fornecimento de água. **Diário Catarinense**, 23 dez. 1995, p. 22.

¹³⁰ Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa. **Instituto Nacional de Meteorologia**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 14 maio 2015.

¹³¹ Idem.

¹³² Chuvas de 95 tem registro no livro dos recordes. **Diário Especial. Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, p. 11.

sistema climático, e ciclogênese, que é o fortalecimento de ondas ciclônicas na atmosfera.¹³³

De forma mais detalhada, podemos afirmar que, até o dia 22 de dezembro três frentes frias haviam passado pelo Oceano Atlântico, mas não se aproximaram do continente. A partir dessa data uma frente fria vinda da Argentina e do Uruguai entrou no Rio Grande do Sul, causando chuva e ventos de até 100km/h, que atingiram Santa Catarina no dia 23. Além disso, devido a um deslocamento incomum de um ciclone extratropical, as instabilidades que estavam sobre o oceano foram deslocadas no sentido Leste/Oeste, se chocando com a Serra Geral e provocando tempestades locais muito severas, caracterizadas por chuvas intensas, normalmente acompanhadas de descargas elétricas, granizo, ventos fortes e súbitas variações de temperatura.¹³⁴

Assim como na Grande Florianópolis, no Sul do Estado e no Vale do Itajaí também foram registrados altos índices pluviométricos nos últimos dias de dezembro. Essa grande quantidade de chuva, em pouquíssimo tempo, provocou inundações e deslizamentos em cinquenta e dois municípios catarinenses, totalizando um prejuízo de aproximadamente R\$ 130 milhões. Os mais atingidos, foram Jacinto Machado, Siderópolis, Araranguá, Forquilha, Florianópolis, São José e Palhoça¹³⁵, onde milhares de pessoas ficaram desabrigadas e dezenas morreram.

Se em Palhoça, durante a enchente de janeiro o vice-prefeito havia decretado Situação de Emergência, onze meses depois, em 24 de dezembro, o então prefeito Reinaldo Weingartner, declarou a existência de Estado de Calamidade Pública no Município. De 1990 a 1995, essa foi a terceira vez que tal decreto precisou ser registrado em Palhoça, (Ver Tabela 02). As declarações são o reconhecimento legal feito pelo município atingido, de uma situação anormal provocada por desastres. Entretanto existem diferenças importantes.

Quando um município decreta Situação de Emergência (SE) significa que os danos sofridos com o desastre são suportáveis e superáveis pela comunidade afetada, já quando o desastre causa sérios danos à comunidade atingida, inclusive representando perigo e elevado risco à vida de seus habitantes é decretado Estado de Calamidade Pública (ECP).¹³⁶ Para a

¹³³ CLIMANÁLISE. **Boletim de Monitoramento e Análise Climática**, v. 10, n. 12, 1995e. apud LOPES, Alfredo Ricardo Silva. 2015, op. cit., p. 140.

¹³⁴ CORLETO, Fernando. **A microbacia do Passa-Vinte - Palhoça/SC e o problema das inundações**. Florianópolis, 1998. 128f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 1998. p. 73.

¹³⁵ Prejuízos chegam a R\$ 130 milhões. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jan. 1996, p. 46.

¹³⁶ DEFESA CIVIL DE BLUMENAU. **Conceitos Básicos**. Blumenau, SC, 2p. Disponível em: http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/conceito_defesa_civil.pdf. Acesso em: 11 jan. 2015.

caracterização da Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, é preciso analisar fatores tais como a intensidade e o alcance dos danos humanos, materiais e ambientais e dos prejuízos sociais e econômicos.¹³⁷

Portanto, a iniciativa do prefeito em declarar Estado de Calamidade Pública em dezembro, nos sugere que esta enchente teve uma intensidade muito superior em relação às anteriores, nas quais apenas foi decretada Situação de Emergência. Da mesma forma, a análise feita a partir do formulário de Avaliação de Danos (AVADAN)¹³⁸ e das reportagens publicadas nos principais periódicos do Estado, corroboram para a interpretação de que este desastre superou, inclusive, aqueles em que também foi declarado ECP, e que ocorreram nos anos de 1983, 1991 e 1992.

Considerado o município mais afetado pela enchente na Grande Florianópolis, Palhoça registrou oficialmente, através do AVADAN, 13.000 desalojados, 1500 desabrigados¹³⁹, 150 feridos, 7 gravemente feridos e 3 mortos. Ainda segundo este documento, toda a área municipal foi afetada, e 75 casas foram destruídas.¹⁴⁰ Complementando essas informações com aquelas publicadas nos jornais sabemos que 18 pontes e pontilhões foram derrubados, cerca de 450 quilômetros de estradas foram destruídos¹⁴¹ e que os principais bairros afetados foram Caminho Novo, Passa Vinte Jardim Eldorado, Brejarú, Jardim Aquarius, Jardim Eucaliptos, Ponte do Imaruim, Bela Vista, Aririú, Barra do Aririú, Rio Grande, Pachecos, Guarda do Cubatão, Praia de Fora e Furadinho, sendo que alguns desses bairros ficaram vários dias isolados. Os serviços de água, luz e telefone também ficaram comprometidos e só foram reestabelecidos no dia 28 de dezembro.¹⁴²

Em alguns pontos da cidade a água superou os dois metros de altura, prejudicando consideravelmente a atividade comercial e industrial. Praticamente todo o estoque de mercadorias e muitos equipamentos, incluindo veículos, ficaram completamente inutilizáveis. Segundo matéria publicada no Diário Catarinense “Todo o comércio do município, concentrado

¹³⁷ É importante salientar que nem sempre são apenas essas as motivações para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Na época em que ocorreram essas enchentes em Palhoça o documento AVADAN muitas vezes era preenchido sem muitos critérios, visando apenas a obtenção de recursos do Governo Federal e Estadual.

¹³⁸ O AVADAN é o documento oficial, no âmbito do Sistema Nacional da Defesa Civil, utilizado para registro oficial dos desastres, informando sobre as características intrínsecas do fenômeno adverso que causou o desastre, sobre a área afetada pelo desastre e sobre o nível de intensidade do mesmo.

¹³⁹ Existem números divergentes em relação à quantidade de desabrigados, que pode ter chegado a 2.200 pessoas, segundo notícia publicada no jornal O Estado. Fonte: Palhoça tenta se reerguer após a tragédia. **O Estado**, Florianópolis, 02 jan. 1996, p 11.

¹⁴⁰ GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil. Avaliação de Danos, Palhoça 5 jan. 1996. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/s2id>. Acesso em: 17 maio 2015, p. 1.

¹⁴¹ Palhoça tenta se reerguer após a tragédia. **O Estado**, Florianópolis, 02 jan. 1996, p 11.

¹⁴² Água, luz, telefone. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1995, nº 25715, p 9.

na área central foi atingido pela água do rio Passa Vinte. A área lembra um cenário de pós-guerra, com muros caídos e muito entulho nas ruas”.¹⁴³ Além de ficarem vários dias fechados os estabelecimentos sofreram com os saques.¹⁴⁴ O próprio trabalho de auxílio aos desabrigados também foi prejudicado pelos saques. Segundo João José da Silva, voluntário e coordenador do trabalho de assistência aos desabrigados, apenas 250 pessoas, das 500 famílias cadastradas, foram alojadas no ginásio de esportes “Palhoção”, porque muitos voltaram para suas residências para evitar que fossem saqueadas.¹⁴⁵

Figura 07: Centro da cidade durante a enchente de dezembro de 1995 (à esquerda fica a Praça 7 de Setembro e ao fundo o prédio da Prefeitura).



Fonte: Acervo pessoal. Foto de Orildo Silveira Filho.

Assim como na área urbana, a zona rural contabilizou grandes prejuízos. O rio Cubatão subiu oito metros acima do nível normal e a força de suas águas destruiu 75 casas que ficavam próximas à margem. Além disso, cobriu plantações inteiras de milho, em plena época de safra

¹⁴³ Palhoça tem mais de mil desabrigados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez. 1995, p. 21

¹⁴⁴ Palhoça tem um prejuízo de R\$ 10 milhões com a enchente. **O Estado**, Florianópolis, 27 dez. 1995, p. 10.

¹⁴⁵ Palhoça tem mais de mil desabrigados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez. 1995, p. 21

e ainda danificou lavouras de feijão, cebola e batata.¹⁴⁶ Os prejuízos nesse setor chegaram a aproximadamente 1 milhão e 500 mil reais.¹⁴⁷

Outros setores, como educação e saúde, também foram afetados. Na Rede Pública de Ensino, a preocupação era com o início do ano letivo de 1996, visto que os muros de várias escolas foram destruídos, muitas salas de aula desabaram e colégios inteiros foram invadidos pelas águas inutilizando grande parte da merenda e dos livros didáticos.¹⁴⁸ Com isso, aproximadamente metade das unidades da rede municipal de ensino foram atingidas. Todavia a situação mais preocupante era com o colégio estadual Governador Ivo Silveira que teve 50% de sua estrutura prejudicada por um desmoronamento.

Figura 08: Parte das salas de aula da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira que desabaram com a enchente de dezembro de 1995.



Fonte: Acervo fotográfico da Escola de Educação Básica Governador Ivo Silveira. Disponível em: <https://www.facebook.com/eebivosilveira/photos/a.1483385785271296.1073741830.1425999514343257/14838s83985221476/?type=3&theater>. Acesso em: 11 fev. 2015.

Segundo informações repassadas pela polícia técnica ao Diário Catarinense¹⁴⁹, a única solução era derrubar todo o prédio antigo, que já apresentava sérios problemas de infiltração, e construir um novo. A Escola havia sido construída em 1963 e nunca tinha passado por uma

¹⁴⁶ Palhoça tem mais de mil desabrigados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez. 1995, p. 21.

¹⁴⁷ GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil. Avaliação de Danos, Palhoça 5 jan. 1996. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/s2id>. Acesso em: 17 maio 2015, p. 2.

¹⁴⁸ Palhoça tenta se reerguer após a tragédia. **O Estado**, Florianópolis, 02 jan. 1996, p. 11.

¹⁴⁹ Colégio desaba com as chuvas em Palhoça. **O Estado**, Florianópolis, 29 dez. 1995, p. 11.

reforma geral, sendo que a primeira estava planejada para iniciar em abril de 1997. Mesmo com a enchente as obras não foram antecipadas e apenas em novembro de 1998 foi inaugurado o “novo colégio” que ficou com 4.061 m² de área construída, divididas em 3.061 m² de novas instalações e 1.000 m² reaproveitados da construção antiga.¹⁵⁰

Assim como o setor educacional, o da saúde também contabilizou prejuízos. Dos nove postos de saúde que atendiam os moradores de Palhoça, seis foram invadidos pelas águas e a Prefeitura precisou da ajuda da Secretaria Estadual de Saúde e da Vigilância Sanitária para repor o estoque de remédios de primeira necessidade.¹⁵¹ Após o período de chuvas mais intensas, o receio dos sanitaristas era com um possível surto de leptospirose, baseados no fato de que em épocas de enchente se multiplicam as possibilidades de contato com a urina de ratos. Nesse sentido, Palhoça se tornou o centro das atenções depois que a maioria dos postos de saúde ficaram sem condições de atendimento.

Diante desta situação foram formadas equipes de técnicos da Secretaria Municipal de Saúde que percorreram os bairros mais atingidos pedindo aos moradores que adotassem medidas preventivas para evitar a leptospirose, além de distribuírem produtos de limpeza como água sanitária e cloro.¹⁵² Durante a última semana de dezembro, o então secretário estadual de Saúde, Ronaldo Fiuza esteve em Palhoça para acompanhar o serviço de atendimento, que passou a ser feito em consultórios provisórios instalados em pontos estratégicos da cidade. Com todo este esforço no combate à leptospirose, depois da enchente foram registrados 55 casos suspeitos da doença e o único caso confirmado foi de um morador de Palhoça.¹⁵³

Em janeiro de 1996 o prefeito Reinaldo Weingartner, precisou decretar Situação de Emergência no sul do município, devido ao acúmulo de lixo e entulhos. Essa região além de ter ficado isolada alguns dias durante a enchente, estava sofrendo com os enormes congestionamentos na BR-101, que dificultavam a coleta e o transporte dos resíduos até o aterro sanitário no bairro Aririú. No perímetro urbano a situação também era alarmante, desde o dia 26 de dezembro eram retiradas, em média, cinquenta cargas repletas de lixo e entulhos da cidade. Durante o mês de janeiro, vinte e seis caminhões e uma pá carregadeira trabalharam na limpeza de todo o município.¹⁵⁴

¹⁵⁰ GARCIA, Haroldo; WAGNER, Mirian E. Aguiar. **Histórico da E.E.B Ivo Silveira**. Disponível em: <http://colegioivosilveira.blogspot.com.br/2013/02/breve-historico-da-eeb-gover-ivo.html>. Acesso em: 18 maio. 2015.

¹⁵¹ Palhoça tenta se reerguer após a tragédia. **O Estado**, Florianópolis, 02 jan. 1996, p. 11.

¹⁵² Leptospirose é preocupação em Palhoça. **ANcapital**, Florianópolis, 29 dez 1995, p. 6.

¹⁵³ Saúde registra 55 casos suspeitos de leptospirose. **ANcapital**, Florianópolis, 04 jan. 1996, p. 7.

¹⁵⁴ Lixo acumulado provoca emergência em Palhoça. **ANcapital**, Florianópolis, 5 jan. 1996, p. 6.

As persistentes chuvas que caíram em Palhoça provocaram, além do transbordamento dos rios, um grande deslizamento no quilômetro 234 da BR-101 na região do Morro dos Cavalos. A terra ocupou as duas pistas e os acostamentos em uma extensão de aproximadamente 300 metros quadrados, impedindo completamente a passagem de veículos. Somente dois dias depois, em 30 de dezembro, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), órgão que ficou responsável pelo trabalho de desobstrução da rodovia, conseguiu remover as 60 mil toneladas de terra e rocha que estavam sobre a pista.¹⁵⁵ Segundo o depoimento do engenheiro responsável pelo serviço, só não houve vítimas do deslizamento porque o trecho já havia sido interditado e, portanto, não passava nenhum veículo no momento da queda da barreira.¹⁵⁶

Figura 09: Técnicos do DNER trabalhando para desobstruir a BR-101 no Morro dos Cavalos em Palhoça.



Fonte: BR-101 pode ser liberada. **Diário Especial**, Florianópolis, 30 dez. 1995. p. 8.

¹⁵⁵ Trânsito na 101 é normalizado em Santa Catarina. **ANcapital**, Florianópolis, 01 jan. 1996, p. 10.

¹⁵⁶ Quedas de barreiras provocam o caos na Grande Florianópolis. **O Estado**, Florianópolis, 30-31 dez. 1995, p 13.

Em alguns outros pontos da BR-101, próximos ao centro de Palhoça houve o desmoronamento de centenas de metros de acostamento, colocando em risco aqueles que precisavam transitar pela rodovia, como podemos observar na Figura 10.

Figura 10: Acostamentos da BR-101 destruídos pelas enchente em Palhoça.



Fonte: Lavoura é arrasada em Santo Amaro. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1995, nº 25715, p 11.

Durante a inundação a BR-101 formou uma espécie de barreira física ao livre escoamento das chuvas, que seguindo o relevo e os rios deveriam escoar livremente no sentido oeste-leste.¹⁵⁷ Entretanto, como o sistema de drenagem da rodovia não suportou a vazão, os prejuízos em seu entorno foram intensificados.

¹⁵⁷ CORLETO, op. cit., p. 88.

Em sua dissertação de mestrado, Fernando Corleto, verificou que a altura das águas a oeste da BR-101, atingiu na grande maioria dos locais, um metro a mais que à leste, nos mesmos pontos e com alturas topográficas idênticas.¹⁵⁸ O referido autor, ainda constatou que nessas áreas onde o nível de água foi mais alto algumas casas foram construídas sobre palafitas no seco, como uma maneira de se evitar a invasão das águas.¹⁵⁹ Além disso, o antigo túnel – única passagem sob a rodovia – que fazia a ligação dos bairros à oeste com a parte central da cidade se tornou um “grande bueiro”, concentrando grande parte da passagem de água naquele local, o que aumentou consideravelmente a correnteza no centro de Palhoça. Podemos observar como era este local antes e durante a enchente através das Figuras 11 e 12.

Figura 11: O “túnel do Passa Vinte”, como era conhecido pelos moradores na década de 1990.



Fonte: Acervo da família Dos Passos. (Década de 1990)

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 96.

Figura 12: Imagem do túnel no dia 24 de dezembro.



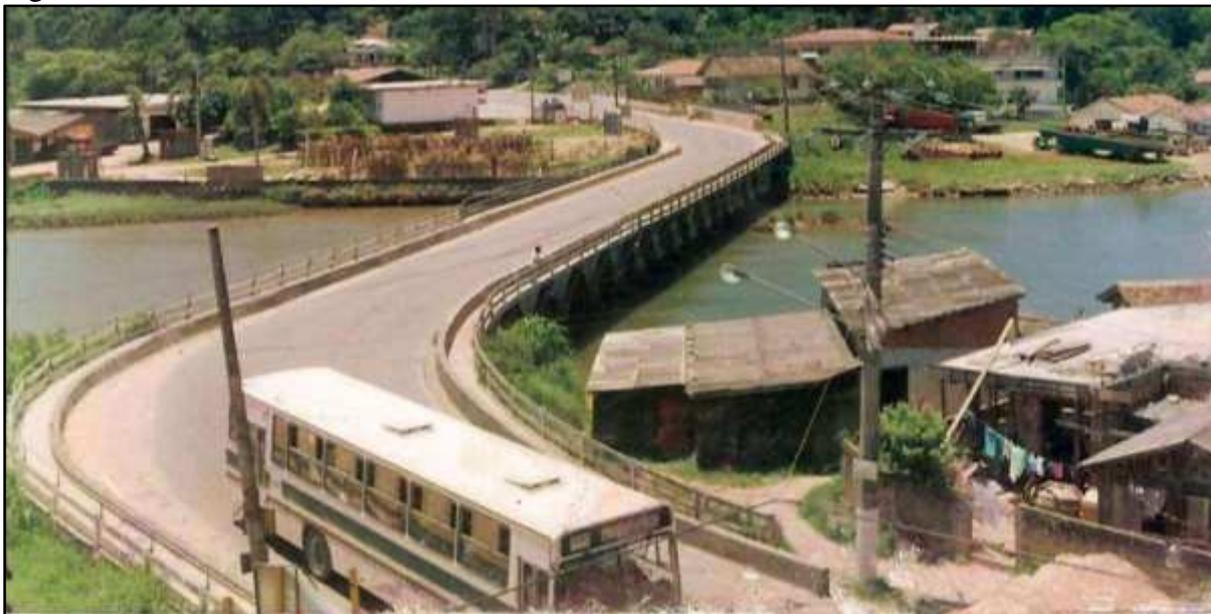
Fonte: Vídeo gravado durante a enchente de dezembro. Acervo de Wandir Martins Sharf. Gravação em fita K7, convertida para MP4, 2'31".

Se o sul o município havia ficado isolado devido ao deslizamento na BR-101, por outro lado, esta rodovia, mesmo não estando em uma situação completamente segura, como vimos acima, era o único caminho para aqueles que precisavam se deslocar na direção norte. Isso porque a centenária ponte sobre o rio Maruim, que havia suportado inúmeras enchentes desde o século XIX, desta vez não resistiu. Aproximadamente 20 metros da ponte foram destruídos pela correnteza o que impediu a travessia durante 18 dias.

A solução encontrada pelo DNER, para reestabelecer a ligação Palhoça-São José em caráter emergencial e aliviar o intenso tráfego que se formou na BR-101, foi utilizar uma ponte metálica móvel. Esta estrutura estava sendo utilizada no Norte do Estado, mais precisamente na SC-470, para resolver problemas também causados pelas enchentes do início do ano. O equipamento foi montado entre os dias 27 de dezembro de 1995 a 6 de janeiro de 1996, permitindo o tráfego somente em meia pista, (Ver figura 14). O receio dos moradores da região era que a construção de uma nova ponte demorasse muito tempo, pois mesmo depois da construção da BR-101, na década de 1970, essa travessia continuou sendo importantíssima para

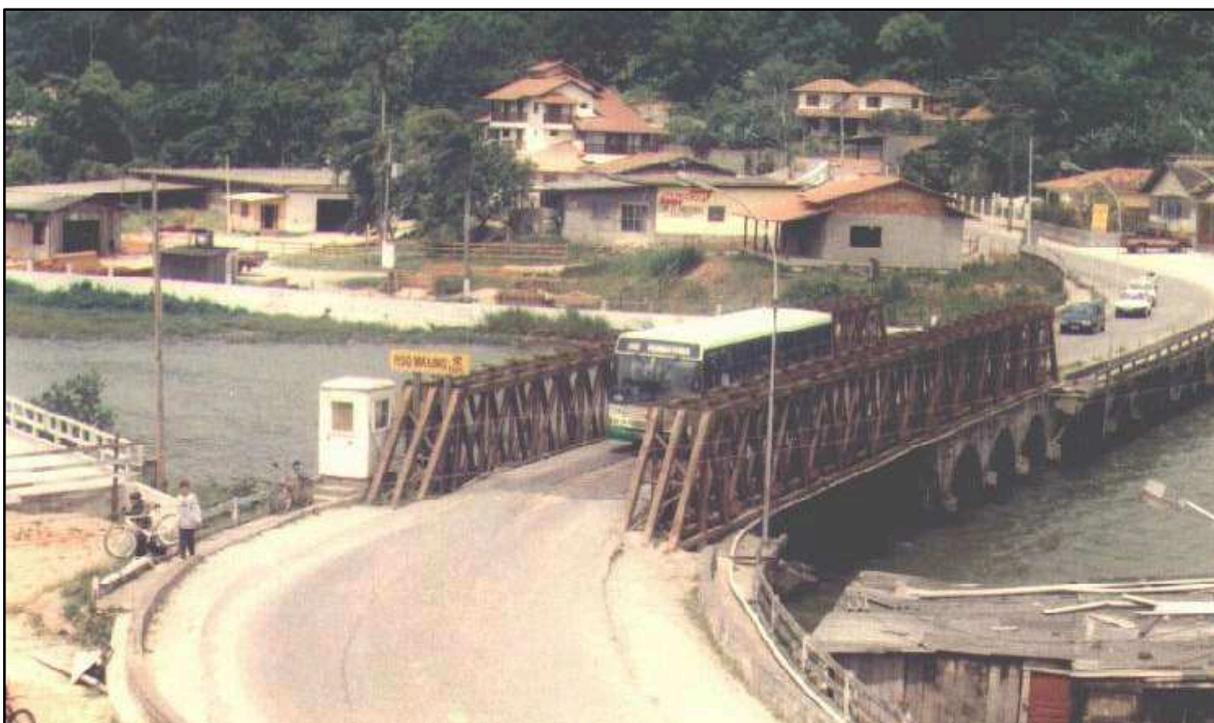
o fluxo de veículos entre as cidades de Palhoça e São José. Em 1995 por exemplo, mais de 500 ônibus passavam diariamente pela ponte, sem contar os outros veículos.¹⁶⁰

Figura 13: Ponte sobre o Rio Maruim no início dos anos 1990.



Fonte: Acervo pessoal de Manoel Henrique Fagundes (1995)

Figura 14: Ponte sobre o Rio Maruim após a enchente de 1995, já com a ponte metálica instalada. A esquerda podemos ver a cabeceira da nova ponte em construção.



Fonte: Acervo pessoal de Manoel Henrique Fagundes (1998)

¹⁶⁰ Ligação entre Palhoça e São José é interrompida. **O Estado**, Florianópolis, 10 jan. 1996, p 1.

O que os moradores temiam de fato ocorreu. Somente em 8 de maio de 1999 uma nova ponte foi inaugurada, portanto foram mais de três anos de constantes reclamações e manifestações da comunidade para que a travessia fosse restabelecida. Apesar da obra do novo acesso ter começado imediatamente depois da destruição da ponte, com R\$ 400.000,00 enviados pelo Governo Federal, os trabalhos acabaram sendo paralisados, pois os recursos não foram suficientes. Dessa forma, a obra só foi retomada em 1998, sob responsabilidade da Prefeitura de São José que investiu juntamente com o Governo do Estado mais 1,1 milhão de reais.¹⁶¹

Apesar desta ter sido a sétima enchente em apenas cinco anos, o município de Palhoça ainda não tinha uma Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC) constituída. O órgão já havia sido criado em 29 de junho de 1995, através da Lei nº 374/95 que considerou Defesa Civil como “o conjunto de medidas que tenham por finalidade prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência de calamidade pública e situações de emergência”.¹⁶² Entretanto, através da análise das notícias publicadas nos jornais percebemos que em dezembro, cinco meses após a aprovação e sanção da lei de criação da COMDEC, ela não participou efetivamente da assistência às vítimas do desastre.

Na verdade, quem organizou as ações de auxílio, sobretudo atendendo aos desabrigados e desalojados nos abrigos montados no ginásio “Palhoção”, no Salão Paroquial da Igreja Matriz e na Casa São José das Freiras Carmelitas, foi o Comitê Pró Criação da COMDEC de Palhoça. Em entrevista ao jornal ANcapital, João José da Silva, integrante da coordenação do Comitê, afirmou temer que o Município deixasse de receber importantes recursos por não ter uma representação da Defesa Civil. Além disso, esclareceu que a criação do Comitê tinha como objetivo acelerar o processo de implementação da COMDEC o mais rápido possível. A intenção, segundo ele, era de pressionar as autoridades, pois considerava a cobrança justa e extremamente necessária.¹⁶³

Em 2003, por meio do Decreto nº 1239/2003 foi regulamentada a Lei de 1995 que criou a COMDEC de Palhoça, que até então tinha apenas a função de assessoramento aos órgão que

¹⁶¹ Ponte nova será liberada amanhã. **AN Capital**, Florianópolis, 07 maio 1999, p. 1. Disponível em: <http://www1.an.com.br/ancapital/1999/mai/07/1ger.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

¹⁶² PALHOÇA. **Lei Ordinária nº 374, de 29 de junho de 1995**. Palhoça, SC, 1995, p. 1 Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-ordinaria/1995/38/374/lei-ordinaria-n-374-1995-dispoe-sobre-a-criacao-da-comissao-municipal-de-defesa-civil-comdec-do-municipio-de-palhoca-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 maio 2015.

¹⁶³ Falta de Defesa Civil pode inviabilizar ganho de verbas. **ANcapital**, Florianópolis, 27 dez. 1995, p. 7.

desenvolviam atividades de Defesa Civil no Município. Por meio do decreto foram atribuídas as seguintes funções a COMDEC:

I - Promover e colaborar em campanhas educacionais nas escolas, principalmente do ensino municipal; II - Estudar, definir e propor normas, planos e procedimentos, visando a proteção da comunidade contra as consequências decorrentes de eventos anormais e adversos que atinjam o Município; III - Participar e colaborar nos programas estaduais e federais de Defesa Civil; IV - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, obedecendo ao princípio de que a ação de Defesa Civil inicia-se no Município, seguindo-se a participação do Estado e da União; V - Fornecer subsídios, quando possível, para esclarecimentos relativos à Defesa Civil; VI - Atuar coordenadamente com os órgãos estaduais e federais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade; VII - Estimular e desenvolver atividades, visando mobilizar a comunidade para iniciativas de Defesa Civil; VIII - Promover estudos e propor recomendações sobre consequências desastrosas causadas por negligência humana, que possam provocar situações emergenciais que reclamem ação da Defesa Civil; IX - Comunicar ao órgão estadual de Defesa Civil as ocorrências consideradas de porte significativo e solicitar as providências que julgar necessária; X - Sugerir obras e medidas de proteção com o intuito de prevenir ocorrências graves; XI - Estabelecer intercâmbio de ajuda, quando necessário, com outros Municípios.¹⁶⁴

A partir da definição das funções da COMDEC em 2003, a instituição evoluiu rapidamente, sendo fundamental durante os desastres de 2005, 2008, 2010 e 2011. Em 2012 foi considerada a quarta melhor Defesa Civil de Santa Catarina e estava entre as dez melhores do Brasil, sendo reconhecida e recebendo certificados da Organização das Nações Unidas (ONU), do Exército Brasileiro e da Força Nacional de Segurança.¹⁶⁵

Foi possível perceber em todo o decorrer da pesquisa e posteriormente durante a análise das diversas fontes utilizadas neste trabalho que a história de Palhoça foi marcada por inúmeras enchentes, sejam elas de pequeno ou grande porte. Entretanto, o desastre de 1995 se diferencia dos demais desastres pela sua natureza complexa, seja pela quantidade recorde de chuva que caiu em dezembro; pelo fato de todos os rios do Município terem transbordado; pelo número de pessoas afetadas, feridas e até mesmo mortas; pela destruição de casas, escolas, postos de saúde; pelo medo de um surto de leptospirose; pelas montanhas de lixo e entulhos que se acumularam por dias; pela falta de água potável, luz e telefone; pela destruição da ponte

¹⁶⁴ PALHOÇA. **Decreto Lei nº 1239 de 24 de março de 2003**. Palhoça, SC, 2003. p. 1-2. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoça/decreto/2003/124/1239/decreto-n-1239-2003-regulamenta-a-lei-no-374-95-de-29-de-junho-de-1995-que-dispoe-sobre-a-criacao-da-comissao-de-defesa-civil-comdec>. Acesso em: 19 maio 2015.

¹⁶⁵ Coordenador da Defesa Civil deixa cargo. **Palavra Palhocense**, 8 ago. 2012. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/palhocense/on-line/cotidiano/coordenador-da-defesa-civil-deixa-cargo-e-desabafa-1.1104596#.VVuRkflViko>. Acesso: 19 maio de 2015.

centenária que só foi substituída por uma nova mais de três anos depois; ou ainda, por tudo isso ter ocorrido durante uma importante data comemorativa como o Natal. Mesmo passados vinte anos desta enchente e terem ocorrido várias outras depois, é do desastre do Natal de 1995 que fazem referência os jornais quando as chuvas voltam a cair intensamente e o nível dos rios sobe, preocupando e assustando os moradores de Palhoça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o estudo realizado para a escrita desse trabalho que envolveu o levantamento, a seleção e análise de fontes e a leitura da bibliografia referente ao tema, nos permite afirmar que as enchentes são um acontecimento recorrente em Palhoça. Esta constatação, que a princípio parece muito simples, por outro lado, nos permite perceber alguns aspectos fundamentais para a compreensão da dinâmica das enchentes no Município.

Assim como muitos outros municípios, Palhoça nasceu basicamente entre dois rios, o Maruim e o Cubatão, é bem verdade que eles não são tão grandes e volumosos como o Itajaí-Açu ou o Tubarão, mas por vezes também transbordam, sobretudo nas estações mais chuvosas, alagando suas várzeas. Além disso, as fozes da maioria dos rios que cortam a cidade são predominantemente cobertas por manguezais, áreas naturalmente alagadas pelo mar, que por sua vez, também atua consideravelmente na elevação do nível desses rios, através de suas marés.

Foi neste ambiente que se desenvolveu o centro e grande parte de Palhoça, e é justamente por este motivo que não demorou muito para que os primeiros relatos a respeito de enchentes aparecessem nos jornais de meados do século XIX. Além da ocupação dos terrenos baixos e alagadiços próximos aos rios, grandes áreas de manguezal foram aterradas para a construção de ruas, casas e prédios comerciais, dificultando cada vez mais o escoamento das águas pluviais.

Os exemplos das interferências humanas que contribuíram para a intensificação e/ou produção dos desastres não param por aí. Muitas obras mal planejadas acabaram sendo responsáveis por grande parte dos prejuízos em algumas das enchentes que assolaram o município.

Como vimos, a retificação do rio Maruim e seus afluentes é apontada como uma das causas das enchentes a partir da segunda metade do século XX. Podemos citar também um exemplo de dezembro de 1995. Enquanto a antiga ponte sobre o rio Maruim foi destruída e uma enorme quantidade de água desceu até o mar, a ponte que fazia a travessia sobre o rio Passa Vinte, bem no centro da cidade, se manteve de pé. Em um primeiro momento isso foi positivo, pois permitiu a mobilidade dentro de uma cidade destruída pelas águas. Entretanto, a ponte começou a acumular uma enorme quantidade de entulhos que impediram a passagem da água, provocando rapidamente o transbordamento do rio, que alagou uma grande área da cidade,

exigindo do poder público a derrubada da ponte para a construção de uma nova.¹⁶⁶ O que se verificou neste caso, foi que a ponte era muito baixa e possuía colunas em demasia dentro do leito do rio, favorecendo o acúmulo de materiais.

A falta de uma Defesa Civil organizada em 1995 também contribuiu para que a assistência aos atingidos fosse menos eficaz, apesar do imenso esforço dos voluntários do Comitê Pró COMDEC de Palhoça. Além dos produtos de primeira necessidade, faltou material humano para organizar e distribuir as doações que chegavam aos abrigos e postos de recolhimento. A experiência de dezembro de 1995 foi tão traumática para a população que mesmo muitas enchentes depois e a quase vinte anos do desastre, quando as chuvas aumentam e as ruas alagam novamente, não é difícil encontrarmos no jornal local trechos como este: “Quem mora em Palhoça desde antes de 1995 e sofreu na pele uma das maiores enchentes da região, ainda carrega o medo no olhar quando o céu escurece e o Cambirela some por detrás das nuvens”.¹⁶⁷

Sem dúvida, as intensas chuvas que caíram no final daquele ano foram um elemento essencial para a ocorrência da enchente, todavia reconhecer a participação humana em tais acontecimentos se mostra cada vez mais fundamental para que possamos reduzir, ao invés, de intensificar as consequências e os danos causados pelos desastres ambientais.

Foi nesse sentido que buscamos observar de que maneira a expansão urbana e o crescimento populacional do Município durante as décadas de 1970 e 1980 contribuíram para o aumento da probabilidade de fenômenos naturais como as chuvas, se tornarem desastres ambientais de grande impacto, como os ocorridos na década de 1990.

Portanto, se um evento só se torna um desastre ambiental a partir da presença e da percepção humana, podemos afirmar que no caso de Palhoça, como também em muitos outros municípios brasileiros, é muito difícil dissociar as enchentes dos processos de ocupação, crescimento populacional e expansão urbana. Pois, assim como o relevo, as precipitações e o regime de maré, as ações antrópicas que modificaram o ambiente, foram preponderantes para que as inundações ocorressem e principalmente para que elas se repetissem com tanta frequência e intensidade.

¹⁶⁶ Palhoça tem um prejuízo de R\$ 10 milhões com a enchente. **O Estado**, Florianópolis, 27 dez. 1995, p 10.

¹⁶⁷ As faces da enchentes. **Palavra Palhocense**, Palhoça, 3 abr. 2014, p. 2.

RERERÊNCIAS

Bibliografia

Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa. **Instituto Nacional de Meteorologia**. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 14 maio 2015.

BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. A relação entre o social e o natural nas abordagens de Hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, n. 9, 2º semestre de 2001.

CAMPOS, Nazareno José de; HERRMANN, M. Lúcia. de Paula; MENDONÇA, Magaly. São José-SC: avaliação das enchentes e deslizamentos ocorridos em novembro de 1991 e fevereiro de 1994. **Revista Geosul**, v. 8, n. 16, 2º semestre, 1993. p. 46-78.

CARDOZO, Francielle da Silva. **Análise das áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos na bacia do Rio Forquilhas, São José/SC**. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2009.

CORLETO, Fernando. **A microbacia do Passa-Vinte - Palhoça/SC e o problema das inundações**. Florianópolis, 1998. 128f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 1998.

DEFESA CIVIL DE BLUMENAU. **Conceitos Básicos**. Blumenau, SC, 2p. Disponível em: http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/conceito_defesa_civil.pdf. Acesso em: 11 jan. 2015.

ESPÍNDOLA, Marcos A; NODARI, Eunice S. Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul – SC, Brasil. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 20, n. 30, p. 9-34, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/21757976.2013v20n30p9/27829>. Acesso em: 15 jan. 2015.

ESTEVES, Francisco de Assis (Coord.). **Fundamentos de limnologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Palhoça: natureza, história e cultura**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2004.

FATMA. **Parque Estadual da Serra do Tabuleiro**. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/conteudo/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro>. Acesso em: 10 jan. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Rubia Correa da Silva; LAGO, Paulo Fernando; HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. **Bacia do Rio Maruim**: transformações e impactos ambientais. 1994. 153f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

FILHO, A; ALMEIDA, A. S; MESSIAS, T. A. Integrando o território catarinense: a construção da Estrada de Lages. In: XXXIX Encontro Nacional de Economia, 2011, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: ANPEC, 2011. v. XXXIX. Disponível em: <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/0076302f88d70811a732a1eeb4361577419.doc>. Acesso em: 10 jan. 2015.

GARCIA, Haroldo; WAGNER, Mirian E. Aguiar. **Histórico da E.E.B Ivo Silveira**. Disponível em: <http://colegioivosilveira.blogspot.com.br/2013/02/breve-historico-da-eeb-gover-ivo.html>. Acesso em: 18 maio. 2015.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: Floriprint, 2007.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Defesa Civil**. Histórico. Disponível em: <http://www.defesacivil.sc.gov.br/index.php/defesa-civil-em-sc.html>. Acesso em: 15 maio 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, **DEINFRA**. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br/jsp/institucional/deinfra.jsp>. Acesso em: 14 maio 2015.

HERRMANN, M. L. P. (Org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.

HIGASHI, Rafael A. dos Reis. et. al. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2010**: volume Brasil. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2012. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/atlas/Brasil%20Rev.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015.

IBGE. **Cidades**. Brasil. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421190&search=santa-catarinalpalhocalinfograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 10 jan. 2015.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. 2 ed. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/manuais_tecnicos/manual_tecnico_vegetacao_brasileira.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015.

IBGE. **Mapa de clima do Brasil**. Brasil, 2002, 1p. Disponível em: ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/mapas_murais/clima.pdf. Acesso em: 10 jan. 2015. Acesso em: 15 jan. 2015.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. **Desastres socioambientais e memória no Sul de Santa Catarina (1974-2004)**. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

_____. **O Furacão Catarina:** a transformação na percepção ambiental em Santa Catarina-Brasil. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA, 2012, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340200755_ARQUIVO_OFuracaoCatarina_final.pdf. Acesso em: 11 mar. 2015.

MENDES, Simoni. **A Construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil:** o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957). Florianópolis, 2012. 151 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História p. 39.

MENDES, Simoni; ESPÍNDOLA, Marcos A; NODARI, Eunice S. O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 8. 2014. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4133801/revista_agcrj_oito.pdf.

NODARI, E. S; ESPÍNDOLA, M. A. **Relações complexas:** as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza; NODARI, Eunice Sueli. (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

PAULI, Evaldo. Gal. Paulo Gonçalves Weber Viera da Rosa, um filósofo do dia-a-dia apud BRANDT, Marlon. O espaço rural dos campos do Planalto na Chorographia de Santa Catharina. **História: Debates e Tendências**, v. 9, n. 1, p. 218-231, jan/jun. 2010. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rhdt/article/view/3217>. Acesso em: 17 mar. 2015.

PELUSO JÚNIOR, Vitor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**, Florianópolis: UFSC, 1991. p. 330.

PEREIRA, Adilson; ZANIN, Vanessa Cataneo. **Expedição ao Rio Cubatão**. Disponível em: <http://www.casan.com.br/menu-conteudo/index/url/expedicao-ao-rio-cubatao#0>. Acesso em: 19 mar. 2015.

SACCO, Francine G. **Configurações atmosféricas em eventos de estiagem de 2001 a 2006 na mesorregião Oeste Catarinense**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SEDREZ, Lise. **Desastres socioambientais, política públicas e memória** – contribuições para a história ambiental. In: CORREA, Silvio M. de S; NODARI, Eunice S. (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça - SC**. Florianópolis: Artymagem, 1999.

SOUZA, Geraldo Aldair. **A inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis:** sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho. 196 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2011.

VILLAVERDE, Alberto E; POMPEO, Cesar Augusto. **A problemática ambiental no Município de Palhoça (SC): desenvolvimento urbano sustentável.** 1996. 118f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PGEA0003-D.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2015.

Lista de fontes

Obras de referência

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858.** 2 v. Rio de Janeiro: INL, 1953.

LOPES, José Lupércio. **Monographia do Município de Palhoça.** Florianópolis: Liv. Cysne, 1919.

LOPES, José Lupércio. **Palhoça:** notícia estatístico-descritiva. Florianópolis: IBGE, 1939.

LOPES, José Lupércio. **São José-Palhoça:** seus antigos e actuaes limites, Florianópolis: Typ. da Escola Artífices, 1926.

ROSA, Vieira da. **Chorographia de Santa Catharina.** Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1905.

Documentos oficiais

Falla que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr. João José Coutinho dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária, em 1º de março de 1859. Typ. Catharinense de G. A. M. Avelim, 1959. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 21 abr. de 2015.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil. Avaliação de Danos, Palhoça 5 jan. 1996. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/s2id>. Acesso em: 17 maio 2015.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil. Avaliação de Danos, Palhoça 5 jan. 1996. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/defesa-civil/s2id>. Acesso em: 17 maio 2015.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 14 de agosto de 1917, pelo Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

PALHOÇA. **Decreto Lei nº 1239 de 24 de março de 2003.** Palhoça, SC, 2003. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/decreto/2003/124/1239/decreto-n-1239->

[2003-regulamenta-a-lei-no-374-95-de-29-de-junho-de-1995-que-dispoe-sobre-a-criacao-da-comissao-de-defesa-civil-comdec](#). Acesso em: 19 maio 2015.

PALHOÇA. **Lei Ordinária nº 374, de 29 de junho de 1995**. Palhoça, SC, 1995. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/p/palhoca/lei-ordinaria/1995/38/374/lei-ordinaria-n-374-1995-dispoe-sobre-a-criacao-da-comissao-municipal-de-defesa-civil-comdec-do-municipio-de-palhoca-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 19 maio 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Decreto Municipal nº 294/95**. Declaração de Situação de Emergência. 20 jan. 1995. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 17 nov. 1991. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 25 jan. 1995. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA. **Relatório de Danos**. 25 jan. 1995. Disponível em: <http://150.162.127.14:8080/bdrd/bdrd.html>. Acesso em: 13 fev. 2015.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo presidente João José Coutinho, em 1 de março de 1855. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na sua sessão ordinária pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, no ano de 1867. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1867. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catharina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura, pelo presidente, Francisco José da Rocha, em 11 de outubro de 1887. Rio de Janeiro, Typ. União de A.M. Coelho da Rocha & C., 1888. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Relatório com que ao Exm. Sr. Dr. José Ferreira de Mello passou a administração da Província de Santa Catarina o doutor Coronel Augusto Fausto de Souza, em 13 de fevereiro de 1889. Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/santa_catarina. Acesso em: 22 jan. 2015.

Periódicos

A lestada, **A Comarca**, Palhoça, 28 jan. 1917, p. 2.

Água, luz, telefone. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1995, nº 25715, p 9.

Água, luz, telefone. **O Estado**, Florianópolis, 28 dez. 1995, nº 25715, p 9

As faces da enchentes. **Palavra Palhocense**, Palhoça, 3 abr. 2014, p. 2.

Chuvas de 95 tem registro no livro dos recordes. **Diário Especial**, Florianópolis, 31 dez. 1995, p. 11.

Colégio desaba com as chuvas em Palhoça. **O Estado**, Florianópolis, 29 dez. 1995, p. 11

Coordenador da Defesa Civil deixa cargo. **Palavra Palhocense**, 8 ago. 2012. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/palhocense/on-line/cotidiano/coordenador-da-defesa-civil-deixa-cargo-e-desabafa-1.1104596#.VVuRkflViko>. Acesso: 19 maio de 2015.

Desastres e prejuízos, **O Despertador**, Desterro, 05 dez. 1868, p. 2.

Emprego de capital. **O Dia**, Florianópolis, 02 ago. 1908, p. 7.

Enchente do Rio Uruguai, **A Voz de Chapecó**, Chapecó, 07 nov. 1948. p. 2.

Falta de Defesa Civil pode inviabilizar ganho de verbas. **ANcapital**, Florianópolis, 27 dez. 1995, p. 7.

Fenômeno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 de dez. 1995. p. 18.

Grande temporal. **O Dia**, Florianópolis, 27 jan. 1917, p. 1.

Leptospirose é preocupação em Palhoça. **ANcapital**, Florianópolis, 29 dez 1995, p. 6.

Ligação entre Palhoça e São José é interrompida. **O Estado**, Florianópolis, 10 jan. 1996, p 1.

Lixo acumulado provoca emergência em Palhoça. **ANcapital**, Florianópolis, 5 jan. 1996, p. 6.

Mappa do recenseamento do município da Palhoça em 1920. **República**, Florianópolis, 5 abr. 1921, p. 4.

Maus caminhos, **O Despertador**, Desterro, 06 mar. 1869, p. 2.

Mensário do Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, v. 9. Ed. 2, 1940. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?ei=69c2VaGBKMgyASf1YDIAw&hl=ptBR&id=YitDA AAAIAAJ&dq=patoraes&focus=searchwithinvolume&q=patoraes>. Acesso em: 21 abr. de 2015.

Os grandes temporaes reinantes. **República**, Florianópolis, 14 ago. 1928, ano II, n. 565, p. 2.

Palhoça tem mais de mil desabrigados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez. 1995, p. 21

Palhoça tem um prejuízo de R\$ 10 milhões com a enchente. **O Estado**, Florianópolis, 27 dez. 1995, p 10.

Palhoça tenta se reerguer após a tragédia. **O Estado**, Florianópolis, 02 jan. 1996, p 11.

Palhoça, **República**, Florianópolis, 12 maio 1900, p. 1.

Parte Noticiosa, **O Despertador**, Desterro, 06 fev. 1886, p. 3.

Pesca e a tradição açoriana [...]. **Notícia do Dia online**. Disponível em: <http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/172690-barra-do-aririu.html>. Acesso em: 22 mar. 2015.

Ponte do Riacho. **O Dia**, Florianópolis, 08 jan. 1901. p. 3

Ponte nova será liberada amanhã. **AN Capital**, Florianópolis, 07 maio 1999, p. 1. Disponível em: <http://www1.an.com.br/ancapital/1999/mai/07/1ger.htm>. Acesso em: 12 dez. 2015.

Prejuízos chegam a R\$ 130 milhões. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jan. 1996, p. 46.

Publicação a pedido, **O Mensageiro**, Desterro, 06 ago. 1856, p. 3.

Quedas de barreiras provocam o caos na Grande Florianópolis. **O Estado**, Florianópolis, 30-31 dez. 1995, p 13.

Santo Amaro. **República**, Florianópolis, 26 nov. 1919, p. 2.

Saúde registra 55 casos suspeitos de leptospirose. **ANcapital**, Florianópolis, 04 jan. 1996, p. 7.

Temporal, **República**, Florianópolis, 03 maio 1900, p. 2.

Trânsito na 101 é normalizado em Santa Catarina. **ANcapital**, Florianópolis, 01 jan. 1996, p. 10.